



# filantropia<sup>®</sup>

## Voluntariado & Terceiro Setor

### Assistência social

Juntas, práticas de saúde e assistência social reduzem a incidência de doenças na população de baixa renda

### Captação de recursos

Emoção é requisito fundamental no convencimento do doador que pretende investir no social

### Responsabilidade social

Motivadas pela sociedade, empresas reafirmam seu compromisso social por meio das certificações



## VOLUNTARIADO a diferença que soma!

Encarada com profissionalismo, atividade solidária requer metodologias de gestão, captação e fidelização de voluntários

Entrevista

**Miguel Reale Jr.**

Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Pro Bono e ex-ministro da Justiça fala da responsabilidade social dos advogados



# Mais uma eleição, mais uma esperança

**B**rasileiro é um bicho estranho! A cada eleição, especialmente à presidência, pinta-se um novo cenário de fé e esperança de vivermos em um Brasil livre da impunidade dos administradores públicos. Entra governo, sai governo e essa vontade de ver o país bem gerido invade novamente o coração de nossos conterrâneos.

Estamos presenciando um dos piores momentos da história da política nacional pós-Collor. A crise, ecoada pelos quatro cantos do mundo, com suas CPIs intermináveis e injustificáveis – já que elas deveriam ser investigadas e julgadas pelo Ministério Público ou pela Justiça comum, e não por colegas de trabalho –, é nitidamente uma guerra de poderes entre o governo e a oposição, numa disputa que, entre tapas e beijos, vencerá o que conseguir mentir melhor.

A verdade é que corrupção e troca de favores não é um “privilégio” do governo Lula ou FHC. Nem de Itamar, nem de Collor. Não nasceu somente do coronelismo nordestino, nem tampouco deixou de existir no governo JK. E, por mais abafado que tenha sido, também passou muito longe de ser privilégio do Regime Militar. A corrupção e a desfaçatez de nossos representantes públicos estão enraizadas desde a época do Império, talvez por herança de nossos colonizadores portugueses, espanhóis, italianos e holandeses que, ao ceifar nossas riquezas e sangrar o então povo brasileiro – os índios –, beneficiavam uma Europa patriarcal cada vez mais rica. Qualquer semelhança com o Estado contemporâneo é mera coincidência?

Hoje, a mídia e o eleitorado estão mais atentos a denúncias e ávidos por cassações e condenações, muitas vezes atenuadas por *lobbies* provocados por homens e partidos que, outrora, eram adversários políticos. Fatos como esses protagonizam um sentimento de revolta naqueles que ainda são obrigados a comparecer às urnas de dois em dois anos. E toda essa celeuma vem à tona em um governo que justamente prometia acabar com a corrupção. Exatamente no momento em que governo virou oposição e oposição virou governo.

Vê-se partidos historicamente rivais unidos para o fortalecimento de uma das partes, como outrora o Tratado de Tordesilhas dividiu o que jamais poderia ser dividido, a fim de pacificar as duas então maiores (e mais rivais!) nações do planeta. Como a divisão de cargos de reformas ministeriais. Novamente: será a semelhança mera coincidência? Qual a parte que nos cabe desse latifúndio?

Então que se reeleja Lula. Que venha o Alckmin. Que venham Garotinhos ou Helenas. Não importa quem suba nossa rampa, verá AINDA um cenário de corrupção e jogos maniqueístas pelo poder. Isso porque, desde a queda de Collor, a tendência por desmascarar traidores do povo é nítida em todos os governos que se passaram. Fato gerado por uma vontade pública (não política!) que, quanto mais unânime, mais verdades trará à tona, seja com qual governo for.

Que nossos futuros governantes tenham sabedoria e consciência para votar reformas em vez de CPIs, que tenham ambição e boa vontade para propiciar o progresso de toda uma nação, em vez de fomentar guerras partidárias ou crescimento ideológico individual, que tenham paz e serenidade para tocar o país com a maestria que nosso povo merece. Que vença o melhor para o Brasil e aos sofridos brasileiros, e não o que souber “bater” melhor no adversário.

Marcio Zeppelini

editor@revistafilantropia.com.br

“A permanência  
é uma ilusão.  
Somente a  
mudança é real.  
É impossível  
pisar duas vezes  
no mesmo rio”

Heráclito  
(filósofo grego)



*Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.*

*Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.*





ADRIANA ELIAS

## TV Cultura aposta na responsabilidade social

No dia 5 de março, A TV Cultura lançou o Balanço Social, primeiro programa da televisão brasileira criado para divulgar e discutir ações de responsabilidade social. A cada edição são abordadas três ações sociais desenvolvidas no território nacional, por empresas privadas ou públicas. A atração de meia hora de duração é produzida pela Fundação Salvador Arena, em parceria com a FGV, o Gife, o Instituto de Responsabilidade Social da ADVB e o Instituto Ethos.



[www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br)

Alessandra Calor é a apresentadora do programa

## Capacitação e emprego à juventude

Começou no início de março as aulas do curso Formação para Atendimento de Suporte e Administração de Redes, do programa Menor Aprendiz, do governo federal. A parceria inédita entre o Senac/RS e o Sindicato das Empresas de Informática do estado (Seprorgs) está oportunizando capacitação e emprego a jovens com poucos recursos, que após o treinamento trabalharão em empresas do setor de tecnologia da informação filiadas ao sindicato.



[www.senacrs.com.br](http://www.senacrs.com.br)



[www.seprorgs.com.br](http://www.seprorgs.com.br)

## Certificação social

O Brasil será um dos primeiros países do mundo a ter certidão oficial que ateste compromisso ambiental e ético. A partir de norma da ABNT, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) criou um selo de responsabilidade social que deve sensibilizar os consumidores na hora da compra. Nos Estados Unidos, por exemplo, o processo de certificação é cumprido por diferentes ONGs, sem caráter nacional ou oficial.



[www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br)

## EUA: setor social contabiliza trilhões

Pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Associações Filantrópicas dos Estados Unidos mostra que o Terceiro Setor americano contabilizou US\$1.76 trilhão em investimentos em 2003, com gastos que superam 945 bilhões de dólares. A movimentação de recursos é comparável a 6ª economia mundial. O estudo foi realizado a partir dos relatórios anuais de impostos entregues pelas entidades sociais, cujo número chegou a 837.027 no mesmo ano.



[www.ncna.org](http://www.ncna.org)



DIVULGAÇÃO

## Fórum internacional de empreendedorismo

O publicitário Celso Grecco, presidente da Atitude Marketing Social – empresa do grupo Futura Propaganda –, participou de um painel sobre bolsa de valores sociais na edição 2006 do Skoll World Fórum de Empreendedorismo Social, que aconteceu entre 29 e 31 de março em Oxford, na Inglaterra. O evento organizado pela Skoll Foundation é considerado pela mídia europeia como “o Davos do empreendedorismo social”. O fórum teve como tema Alavancando Ativos – Fazendo Crescer os Mercados Social e de Capitais.



[www.skollfoundation.org](http://www.skollfoundation.org)

Celso Grecco foi o único brasileiro no evento

## Workshop com voluntários da ONU

Entre os dias 20 e 23 de março, 11 voluntários das Nações Unidas (UN Volunteers) e representantes das organizações parceiras que auxiliam o programa de voluntários da ONU no Brasil se reuniram em Natal para o I Workshop dos Voluntários das Nações Unidas para os Objetivos do Milênio. O propósito era discutir o projeto Levar os Objetivos do Milênio para a Comunidade e promover a troca de experiências, a fim de que as práticas aplicadas em um local possam ser adaptadas e replicadas.



[www.natalvoluntarios.org.br](http://www.natalvoluntarios.org.br)



Da direita para a esquerda: Dílson Schamik e Cláudio Stacheira, representantes do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC), e Elena Carrara, da Natal Voluntários

## Evento catarinense estimula ação social

A Fundação Casan (Fucas) e o Instituto Santa Catarina de Solidariedade e Cultura, com o apoio do Ministério Público/SC, promoveram entre 29 e 31 de março, em Florianópolis, o 2º Encontro Catarinense do Terceiro Setor. O evento, que este ano teve como tema Equidade Social: Um olhar sobre o abismo social brasileiro, alertou o segmento para a necessidade de organização e capacitação de gestores das entidades sem fins lucrativos.



[www.terceirosetor-sc.com.br](http://www.terceirosetor-sc.com.br)

## ONGs lançam projeto ambiental

No dia 24 de março, um consórcio formado por sete organizações sociais lançaram, no Jardim Botânico de Curitiba, o Florar, projeto de conservação ambiental que pretende livrar da extinção a Floresta com Araucária em regiões dos estados do Paraná e Santa Catarina. Participam: The Nature Conservancy, Associação dos Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Paraná, Associação para Preservação do Vale do Itajaí, Instituto Agro-florestal Bernardo Hakvoort, Instituto Guardiões da Natureza, Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. O projeto tem o apoio do Citigroup e da Fundação Cultural de Curitiba.



[www.nature.org](http://www.nature.org)

A Floresta com Araucária está ameaçada de extinção



ZIG KOGH

## Alunos de tecnologia têm aula de cidadania

A Associação dos Instrutores Net Academy (Ainet), em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (Ciee) e com o apoio do Projeto Cidadania Participativa, implementou aulas de cidadania e elaboração de projetos socioculturais ao currículo dos estudantes do curso preparatório para a Certificação Cisco CCNA – Tecnologia de Redes e Roteamentos (TRR). O intuito é despertar nos alunos a consciência crítica sobre seu posicionamento na sociedade.



[www.projetcidadania.com.br](http://www.projetcidadania.com.br)



[www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)



[www.ainet.com.br](http://www.ainet.com.br)

Aluno do curso brinca com bebê da creche Menino Jesus



DIVULGAÇÃO

Apresentação artística durante o encontro

## MOP3 e COP-8 agitam Curitiba

Em março, Curitiba sediou dois importantes eventos internacionais sobre meio ambiente. Entre os dias 13 e 17, a cidade foi palco da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança (MOP3). Os principais temas abordados foram: identificação, embalagem, manuseio e uso de organismos vivos modificados; avaliação, manejo e comunicação de risco; cooperação com outras organizações, convênios e programas; metodologias para identificação de organismos vivos modificados; e percepção e participação pública na implementação do protocolo. Em seguida, entre 20 e 31 de março, foi a vez da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8), a maior conferência Mundial sobre biodiversidade. O evento contou com a participação de delegações oficiais dos 188 membros da Convenção sobre Diversidade Biológica, representantes dos principais organismos internacionais, organizações acadêmicas, não-governamentais e empresariais, lideranças indígenas, imprensa e demais observadores.



[www.cop8mop3.org.br](http://www.cop8mop3.org.br)

## ONU tem novo Conselho de Direitos Humanos

Em assembleia geral realizada no dia 16 de março, a ONU aprovou a criação do novo Conselho de Direitos Humanos por 170 votos a favor, 4 contra e 3 abstenções. O órgão tem o apoio da maioria das organizações pacifistas e de defesa das liberdades democráticas, além de 13 prêmios Nobel. Entre os que votaram contra estavam Estados Unidos, Israel, Palau e Ilhas Marshall.



[www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)

## Economia solidária em debate

A Cáritas Diocesana de Brasília promoveu de 14 a 17 de março, em São Paulo, o Seminário Economia Solidária. Os temas debatidos foram: Desenvolvimento e Economia Solidária; Mobilização Comunitária e Economia Solidária; e Novas Tecnologias e Economia Solidária. No encerramento, o professor Paul Israel Singer, secretário nacional de economia solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentou a conferência Direito ao Trabalho e Políticas Públicas de Combate ao Desemprego na Ótica da Economia Solidária.



[www.caritasbrasileira.org](http://www.caritasbrasileira.org)



JULIANA PRATINER



DIVULGAÇÃO

## Seminário divulga direito dos surdos

As Faculdades Rio Branco, com apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), FTD Editora, OAB/SP e seccional Lapa da Associação Comercial de São Paulo, realizaram no dia 23 de março o seminário O decreto 5.626 garante a comunicação dos surdos – Como adequar escolas e empresas à nova legislação?. O evento discutiu meios de tornar mais conhecido o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, a fim de que se cumpram direitos dos deficientes auditivos.



[www.riobrancofac.edu.br](http://www.riobrancofac.edu.br)

Da esquerda para a direita: Richard Van, da Feneis, Douglas Formaglio, da Associação Comercial, e João Ribas, do Serasa, discutem o papel do poder público e das empresas

## Projeto leva comida e educação para o sertão

Após um mês de viagem, a equipe integrante da 15ª etapa do Projeto Idéia Fixa por um Sertão 100 Fome retornou a São Paulo. A caravana, que tem parceria com a Nissan do Brasil, partiu no dia 9 de março e distribuiu três toneladas de mantimentos arrecadados por voluntários a famílias carentes do sertão nordestino. O grupo também ministrou atividades profissionalizantes e cursos de higiene pessoal e planejamento familiar, além de aulas de artesanato e reutilização de pneus para a criação de móveis.



[www.projetoideiafixa.com.br](http://www.projetoideiafixa.com.br)



[www.nissan.com.br](http://www.nissan.com.br)

José Eduardo Abreu, voluntário,  
e Tânia Mara Carvalho, idealizadora do  
projeto, entregam doações em Tomé Nunes (BA)



DIVULGAÇÃO

## 1,5 milhão de assalariados no Terceiro Setor

Pesquisa do Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats), da Fundação Instituto de Administração (FIA), mostrou que das 500 mil entidades sociais contabilizadas pelo IBGE em 2002, apenas 276 mil estariam "muito bem enquadradas" como organizações de Terceiro Setor e apenas 77% delas ainda não trabalham com assalariados, apenas com voluntários. De acordo com os dados do IBGE, há pelo menos 1,5 milhão de profissionais remunerados no setor social.



[www.ceats.org.br](http://www.ceats.org.br)

## Encontro mundial propõe educação cidadã

Representantes de 100 países participaram entre 23 e 26 de março, no Rio de Janeiro, do Fórum Mundial de Educação, que teve como tema Educação Cidadã para uma Cidade Educadora. Entre os assuntos abordados, os participantes discutiram a construção de políticas educativas amplas, que incluam diversas formas de educação e manifestações culturais, além de formação continuada para os professores.



[www.forummundialeducacao.org](http://www.forummundialeducacao.org)



ERIGO MILLER

## CVSP certifica programas de voluntariado

O Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) realizou no dia 9 de março, em São Paulo, a cerimônia de entrega do Selo Organização Parceira 2006 a 100 entidades sociais. A certificação é conferida às organizações cadastradas, que mantêm parceria ativa com o centro e que desenvolvem programas de voluntariado estruturados, consistentes e transformadores.



[www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)

Milú Villela, presidente do CVSP, e Rose Setúbal, vice-presidente, participam da entrega do certificado



Representantes de hospitais filantrópicos aprenderam na prática a fazer o novo plano operativo

## Reestruturação na gestão de hospitais filantrópicos

A Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais (Federassantas) e o Hospital Samaritano organizaram o Programa de Contratualização dos Hospitais Filantrópicos do SUS. Nos dias 24 e 25 de março, representante de hospitais filantrópicos de Minas Gerais participaram do curso Como construir um plano operativo. O programa é um pacto entre os hospitais filantrópicos e o Ministério da Saúde para atender aos SUS e aos seus compromissos. A partir da contratualização, em vez de receberem por produção, os hospitais filantrópicos passam a ser remunerados por meta.

[www.federassantas.org.br](http://www.federassantas.org.br)

## Seminário discute prestação de contas

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) realizou no dia 7 de abril, em São Paulo, o seminário Prestação de Contas do Terceiro Setor (Ministério da Justiça e INSS). O evento teve como proposta orientar contabilistas e mantenedores de instituições sobre a prestação de contas das entidades sociais, especificamente aquelas que possuem Título de Utilidade Pública Federal e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), e ainda gozam do benefício da imunidade/isenção da Quota Patronal da Previdência Social. As palestras foram ministradas pelos contabilistas Jair Gomes de Araújo e Ricardo Roberto Monello.

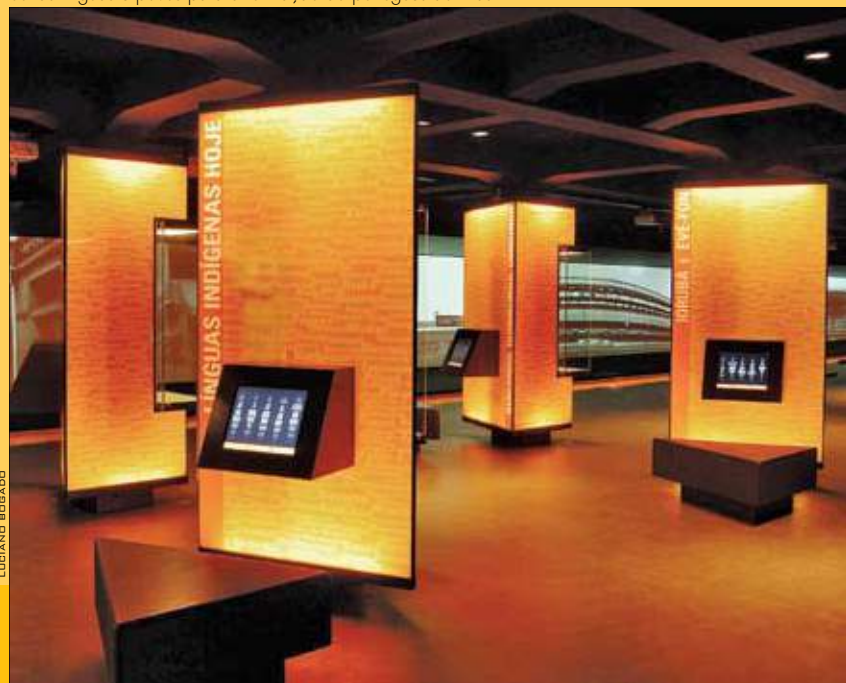
[www.crcsp.org.br](http://www.crcsp.org.br)

## Primeiro Museu da Língua Portuguesa

Foi inaugurado no dia 20 de março, na Estação da Luz, em São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa, primeira instituição totalmente dedicada ao idioma natal de um país. O museu apresenta um vasto conteúdo sobre a história da língua, os idiomas que ajudaram a formá-la, as formas que ela assume no cotidiano, a criação da língua na literatura brasileira, entre outros assuntos. O projeto é fruto da parceria entre Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, IBM do Brasil, Petrobras, Correios, TV Globo, Instituto Vivo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Votorantim e AES Eletropaulo.

[www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)

A Sala Palavras Cruzadas mostra a influência de outras línguas e povos para a formação do português do Brasil



## Entidade valoriza a qualidade de vida

Foi lançado no dia 27 de março, na Câmara Municipal de São Paulo, o Instituto Vivendo Valores, organização sem fins lucrativos pautada no desenvolvimento de relacionamentos éticos e ambientes mais harmoniosos no trabalho. Na ocasião, a entidade apresentou os seis primeiros projetos, voltados para a valorização humana nas áreas de educação, saúde, organizações, comunicação e meio ambiente.

[www.vivendovalores.org.br](http://www.vivendovalores.org.br)

## ONG brasileira participa de evento em Paris

Devido aos projetos desenvolvidos em prol da cultura da paz e da não-violência, a AbrasOffa foi convidada a participar do Salão Internacional da Paz em Paris, de 2 a 4 de junho, com o apoio da Unesco. A apresentação terá a participação de alguns jovens voluntários da entidade.

[www.abrasoffa.org.br](http://www.abrasoffa.org.br)

## Impostos na mira de movimento paulista

Com a presença de mais de 400 pessoas, a Associação Comercial e Empresarial de Guarulhos realizou no dia 17 de fevereiro uma festa para o lançamento do projeto De Olho no Imposto. O movimento percorre 19 cidades do Estado de São Paulo e tem como objetivo conscientizar a população e contribuir para a regulamentação de artigo constitucional que permite a discriminação de impostos nos cupons fiscais.

[www.deolhonoimposto.org.br](http://www.deolhonoimposto.org.br)

## Dia Internacional da Mulher e da Síndrome de Down

Uma série de mobilizações marcou a semana do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, em todo o país. Os principais eventos aconteceram na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, em Belo Horizonte e em Brasília. E no dia 21 de março foi comemorado pela primeira vez o Dia Internacional da Síndrome de Down, com eventos em vários países. O objetivo é ressaltar o potencial e as habilidades das pessoas com Down e o papel que elas podem exercer em uma comunidade inclusiva.

## Curso do Banco Mundial

No dia 23 de março, Djordjija Petkoski, diretor do Instituto Banco Mundial, entregou os certificados de conclusão do curso Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade, ministrado para 2.500 alunos na União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica). A iniciativa faz parte do compromisso que o setor sucroalcooleiro tem com um modelo de desenvolvimento sustentável.

[www.portalunica.com.br](http://www.portalunica.com.br)



# Filantropia na pole position

Vencedores da alta velocidade apostam na educação para acelerar o desenvolvimento social do país

ELAINE IORIO

**R**ubens Barrichello é um veterano das pistas de corrida. Aos 33 anos, ele coleciona diversos títulos no Kart, Fórmula Opel, Fórmula 3, entre outras categorias, além de dois vice-campeonatos na tão prestigiada Fórmula 1.

Tony Kanaan, 32, é outro brasileiro que brilha na alta velocidade. Foi campeão no Kart, na Fórmula Alfa-Boxer Italiana e na Indy Lights, obteve excelentes resultados na Fórmula 3, Ford, Chevrolet e na Cart e se tornou ídolo na Indy Racing League, ao conquistar o campeonato em 2004. Amigos inseparáveis fora das pistas e ídolos nacionais, além da paixão

pelas corridas os pilotos dividem um grande sonho: ajudar a transformar a sociedade em um ambiente melhor e mais justo. Em busca desse ideal, eles fundaram em dezembro de 2005 o Instituto Barrichello Kanaan (IBK), entidade sem fins lucrativos que oferece apoio técnico e financeiro a organizações do Terceiro Setor ligadas à família, com foco no desenvolvimento social de crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Entre uma corrida e outra, Barrichello e Kanaan contaram por e-mail à **Revista Filantropia** sobre as primeiras realizações do projeto e da satisfação pessoal em colaborar com o setor social.

**Revista Filantropia: Por que vocês decidiram se aliar neste projeto?**

**Rubens:** Somos amigos fora das pistas, e como essa empreitada no Terceiro Setor foi idéia do Tony, topei de imediato. Não poderia ter encontrado parceiro melhor.

**Tony:** O Rubens é uma pessoa de muita garra, o que considero um ingrediente fundamental para qualquer atividade, especialmente no Terceiro Setor, em que há muito trabalho a fazer e recursos escassos. Nós achamos que há enormes carências na nossa sociedade. Não podemos ficar de braços cruzados esperando que o governo faça tudo.

**Filantropia: Como está sendo o processo de concretização do instituto?**

**Tony:** Enfrentamos burocracia para conseguir o CPNJ. Tanto que nosso primeiro parceiro, a empresa G5, chegou antes do título de Oscip. A partir de agora, o apoio de pessoas jurídicas poderá se reverter em benefícios.

**Filantropia: Quais as fontes de recursos do instituto?**

**Rubens:** Temos parceiros nos apoios técnicos, que oferecem conhecimento e experiência em suas áreas de atuação. A organização Atletas em Ação, por exemplo, nos auxilia com sua *expertise* nas clínicas e maratonas esportivas. Com relação aos recursos, somos os principais doadores, mas estamos em busca de mais empresas que tenham interesse em nos apoiar financeiramente.

**Tony:** Atualmente a G5 Blindagens Especiais e a Audemars Piguet são nossos apoios financeiros. Como o Rubens disse, buscamos a colaboração de empresas que acreditam na nossa causa e que queiram se unir a nós na busca pela melhoria de qualidade de vida de tantas pessoas.

**Filantropia: Quais as primeiras realizações e conquistas do projeto?**

**Tony:** Já estamos apoiando o Projeto Sol e a Casa do Zezinho, que juntos beneficiam 1.500 crianças e jovens carentes. Também iniciamos uma parceria com duas escolas em Interlagos, para que juntos possamos ajudar a comunidade local por meio de cursos e oficinas para jovens e idosos. Acho que é um bom começo para uma instituição tão jovem!

**Filantropia: Comente algum momento marcante do projeto.**

**Rubens:** Foi na semana do Natal, quando distribuímos presentes na ONG Projeto Sol. Foi uma ação pontual e totalmente assistencialista, o que é bem longe a missão do IBK. Mesmo

assim foi muito bacana ver o rosto da criança. Esse contato é fundamental para termos noção dos efeitos do nosso trabalho.

**Filantropia: Vocês consideram positiva a participação de pessoas de destaque em campanhas e projetos no Terceiro Setor?**

**Rubens:** É um sonho antigo meu e do Tony que se torna realidade. Acreditamos que as pessoas públicas têm de dar bons exemplos, justamente pela exposição, às vezes até exagerada, que sofrem. Precisamos reverter essa exposição em mobilização para que a sociedade se conscientize que a criança do farol é problema dela também.

**Tony:** Há muitos brasileiros que se espelham em seus ídolos, seguem o exemplo deles, e a participação ativa no Terceiro Setor é uma forma de os ídolos incentivarem seus fãs a auxiliarem na mudança da desigualdade que o Brasil ainda sofre. 

 [www.ibk.org.br](http://www.ibk.org.br)  
 [ibk@ibk.org.br](mailto:ibk@ibk.org.br)

Rubens Barrichello entrega presentes para crianças da ONG Projeto Social no Natal de 2005



# Miguel Reale Jr.

## Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Pro Bono e ex-ministro da Justiça esclarece os objetivos da entidade que trabalha pelo fortalecimento da advocacia solidária, atividade que beneficia especialmente as organizações do Terceiro Setor

ELAINE IORIO

À frente do Conselho Deliberativo do Instituto Pro Bono (IPB), Miguel Reale Jr. – jurista, professor da USP e ex-ministro da Justiça do governo FHC –, é um dos principais defensores da regulamentação nacional da advocacia *pro bono*. A atuação voluntária e gratuita é respaldada na Constituição Federal, art. 133, a qual dispõe que a advocacia é indispensável à administração da Justiça, além do art. 2º do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que qualifica o ministério privado da advocacia como prestação de serviço público com relevante função social.

A advocacia *pro bono*, “para o bem” em latim, é bastante tradicional na cultura jurídica brasileira. No entanto, faltava um organismo que sistematizasse tal prática. Por isso, em agosto de 2001, foi fundado o Instituto Pro Bono, que reúne aproximadamente 200 advogados e 20 escritórios em seu banco de voluntários. As organizações da sociedade civil são as principais beneficiárias do IPB, recebendo maior atenção aquelas voltadas para o direito das crianças e adolescentes, das mulheres, dos afro-descendentes, das pessoas com deficiência e questões ligadas ao meio ambiente.

Em busca de sensibilizar os profissionais de direito, o Instituto Pro Bono e o GVlaw – Programa de Especialização Continuada da Escola de Direito da FGV, organizaram no dia 9 de março, no salão nobre da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, o primeiro Debate Público sobre Advocacia Pro Bono.

Além de Miguel Reale Jr., a mesa foi composta por Marcos Fuchs, diretor-executivo do instituto; Ary Oswaldo Mattos Filho, diretor da FGV; o advogado Roberto Quiroga Mosquera; Carlos Weiss, procurador do Estado de São Paulo; e Sérgio Ferraz, membro do Conselho Federal de Ética da OAB. Estavam também presentes Oscar Vilhena, diretor-executivo da Conectas Direitos Humanos, e Daniel Grundfeld, diretor-executivo do Public Council Los Angeles, a maior autoridade mundial em advocacia *pro bono*.

Em entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Pro Bono fala da importância de os advogados contribuírem com a sociedade civil na preservação de valores e para a formação de um país mais justo.

DIVULGAÇÃO



**Revista Filantropia: O que motivou a fundação do Instituto Pro Bono?**

**Miguel Reale Jr.:** Como é sabido, o acesso à justiça no Brasil, apesar do avanço trazido pela Constituição Federal de 1988, é ainda muito precário. Embora o Estado ofereça assistência jurídica gratuita de qualidade, ela é insuficiente para a demanda existente, havendo assim um contingente excedente. Com o intuito de ampliar o acesso à justiça e o respeito aos princípios democráticos, um grupo de 36 advogados e advogadas de São Paulo criou em 24 de julho de 2001 o Instituto Pro Bono – uma associação sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Sua missão foi definida como sendo “ampliar o acesso à justiça por intermédio da prestação de serviços de advocacia solidária e do fomento à responsabilidade social entre os profissionais do direito”.

**Filantropia: Como o senhor define o Instituto Pro Bono?**

**MRJ:** O instituto é um fomentador da advocacia solidária e gratuita no Brasil. A responsabilidade social do advogado no direito foi um marco estabelecido pela criação do instituto, pautado em seu ideal de igualdade perante a justiça. O foco de atuação da entidade, como dito, está voltado à melhoria do acesso à Justiça no Brasil, feita por meio da prestação de serviços jurídicos gratuitos e da difusão da cultura *pro bono*.

**Filantropia: O serviço de advocacia pro bono sempre foi comum no Brasil? E fora do país?**

**MRJ:** No Brasil essa atividade começou muito cedo, possivelmente não tão organizada como hoje. Advogados brasileiros sempre tiveram a tradição de prestar serviços gratuitamente. Rui Barbosa advogou em 1888 de forma gratuita pela abolição dos escravos e, em 1914, subiu na tribuna do Senado, não como senador, mas como advogado, para questionar o então presidente da república, Hermes da Fonseca, sobre o fuzilamento e a morte de dez marinheiros no interior de um navio (famoso caso chamado Satélite).

Outro exemplo que merece destaque é o dos advogados Sobral Pinto e Evandro Lins e Silva, que advogavam para padres missionários e presos políticos. Nesse sentido, pode-se dizer que a prática da advocacia voluntária e de promoção do interesse público é bastante tradicional à cultura jurídica brasileira. O Instituto Pro Bono surgiu, pois, somente para sistematizar a prática *pro bono*.

Fora do país, a grande referência são os Estados Unidos, cuja prática da advocacia solidária teve, e tem, um crescimento incrível. Basta dizer que a maioria dos escritórios possui departamentos que só cuidam de causas de interesse público feitas de forma gratuita. Há inclusive concorrência entre os escritórios pelas causas mais importantes e de maior impacto social. O principal escritório *pro bono* americano é o Public Counsel de Los Angeles, dirigido por Daniel Grunfeld, que

tem em seu banco de voluntários mais de 3.200 profissionais do direito e 53 advogados que trabalham *in-house* para atender as demandas *pro bono*.

Instituições de diferentes naturezas incentivam a prática da advocacia solidária. Como exemplo, universidades renomadas exigem a prestação de serviços gratuitos por determinado número de horas para que os bacharéis do direito recebam seus diplomas, e a Associação dos Advogados de Nova York recomenda que 6% do tempo dos advogados seja destinado a atividades *pro bono*.

**Filantropia: Qual é o foco de atuação do instituto?**

**MRJ:** As atividades do Instituto Pro Bono não se limitam ao apoio jurídico, embora seja este seu principal objetivo. Além da atuação voltada para entidades do Terceiro Setor, ou seja, para a sociedade civil organizada, e a assessoria jurídica para mulheres vítimas de violência sexual da Casa de Saúde da Mulher, o instituto atua em casos emblemáticos e paradigmáticos de violações aos direitos humanos. É importante ressaltar que o instituto também está envolvido no Marco Legal do Terceiro Setor, buscando influenciar novas legislações e participando de debates públicos sobre o tema.

Paralelamente, difundimos a advocacia solidária como o princípio norteador da advocacia, vez que a perspectiva que adotamos é de que a nossa missão, como advogados, é contribuir com a sociedade na preservação de seus valores mais fundamentais.

Debate Público sobre Advocacia Pro Bono realizado na FGV

**A Resolução Pro Bono da OAB/SP juntamente com o Código de Ética do Advogado impõem rigorosas regras de comportamento ético àqueles que prestam serviços em caráter voluntário**



**Difundimos a advocacia solidária como o princípio norteador da advocacia, vez que a perspectiva que adotamos é de que a nossa missão, como advogados, é contribuir com a sociedade na preservação de seus valores mais fundamentais**

**Filantropia: A atuação do Instituto Pro Bono só foi possível graças a uma resolução especial da OAB de São Paulo. Qual o motivo de tanta cautela por parte da Ordem?**

**MRJ:** Após a constituição do Instituto Pro Bono, foi criada no âmbito da Seccional Paulista da OAB uma comissão de estudos *pro bono* com o objetivo de regulamentar a advocacia solidária ou voluntária. Dela participaram membros da Comissão de Ética e Disciplina da OAB, representantes do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados (Cesa) e sócios fundadores do instituto.

Após alguns meses de reuniões e debates, a OAB/SP, por meio da referida comissão, editou resolução definindo a advocacia *pro bono* e regulamentando a sua prática. A atitude pioneira da OAB paulista permite ao advogado delimitar a forma de sua atuação, evitando cometer eventuais infrações éticas.

Acredito que a cautela advém do medo de que, ao prestar serviços gratuitos, o advogado ou o escritório estejam agindo não em prol do interesse público, mas com o intuito de captar clientela. Ademais, há o receio de que a prestação de serviços gratuitos possa representar concorrência desleal para alguns advogados. Para o Instituto Pro Bono essas preocupações, embora legítimas, são infundadas. A Resolução Pro Bono da OAB/SP juntamente com o Código de Ética do Advogado impõem rigorosas regras de comportamento ético àqueles que prestam serviços em caráter voluntário, além de os submeterem a uma rígida fiscalização por parte da entidade de classe.

Por outro lado, embora existam muitos bacharéis sem uma boa condição no mercado de trabalho, a prática *pro bono* não é predatória do mercado, vez que só é feita para aqueles efetivamente sem recursos para pagar pelos serviços advocatícios.

**Filantropia: Por que as pessoas físicas não foram contempladas pela resolução?**

**MRJ:** A Resolução Pro Bono, aprovada pela Seccional Paulista OAB, foi fruto de um processo político cujo consenso, em torno da responsabilidade social do advogado, não foi fácil. Há uma resistência de advogados e juristas quanto ao trabalho de caráter voluntário. A OAB tem atualmente 42 mil advogados dativos, que são aqueles nomeados pelos juízes para atuar em demandas daqueles sem condições de arcar com os honorários advocatícios, ou seja, pessoas físicas. Ao restringir a advocacia *pro bono* às entidades do Terceiro Setor, a OAB está, supostamente, protegendo o trabalho destes profissionais.

**Filantropia: Quais são os critérios para a escolha das entidades beneficiadas?**

**MRJ:** A OAB impõe por meio no art. 2º da Resolução Pro Bono que os beneficiários da atividade solidária devem ser “pessoas jurídicas sem fins lucrativos integrantes do Terceiro Setor, reconhecidas e comprovadamente desprovidas de recursos financeiros para custear as despesas procedimentais, judiciais ou extrajudiciais”. Há ainda uma limitação geográfica que restringe a advocacia *pro bono* às entidades localizadas no Estado de São Paulo.

Já o instituto adotou recentemente uma política de verificação da idoneidade da entidade, de sua capacidade de realizar projetos voltados para o seu público alvo e da sustentabilidade de suas ações. Isso porque de nada adianta constituir uma ONG ou prestar-lhe serviços se ela não consegue atender aos fins propostos. Assim, procuramos atender as entidades desprovidas de recursos para pagar os serviços advocatícios, mas com recursos para desenvolver as suas atividades.

As organizações que cumprirem os requisitos estabelecidos pela OAB devem procurar o Instituto Pro Bono. Após o primeiro contato, serão solicitados os documentos necessários para a nossa avaliação e, só após a verificação da adequação da entidade aos nossos critérios, é que ela receberá o atendimento.

**Filantropia: Em geral, quais são as solicitações mais frequentes?**

**MRJ:** As demandas jurídicas mais frequentes são: adequação ao novo Código Civil (Lei 10.406/02), adequação à Lei de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei 9.790/99), demandas trabalhistas e questões tributárias, além do desenvolvimento de estatutos e regimentos internos para novas organizações. Vale dizer que muitas vezes as ONGs nos procuram para esclarecer dúvidas quanto aos títulos conferidos pelo Poder Público às entidades, como por exemplo, o de Utilidade Pública nas esferas municipal, estadual e federal e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, regulamentado pela Lei 8.742/93 e pelo Decreto 2.536/98.

**Filantropia: Quem participa do instituto e como se associar?**

**MRJ:** O Instituto Pro Bono é uma associação aberta para todos os advogados e advogadas que queiram exercer a profissão de maneira solidária, desempenhando, assim, a sua responsabilidade social dentro dos parâ-



metros estipulados pela Resolução Pro Bono da Seccional Paulista da OAB. Qualquer um com formação em direito pode se cadastrar e doar parte de seu tempo. Escritórios de advocacia, dos mais diferentes portes, que tenham interesse em aderir à causa de forma institucional também podem fazê-lo.

**Filantropia: O instituto pretende ampliar sua atuação para outros estados e países, ou quem sabe compartilhar o conhecimento para a criação de entidades semelhantes?**

**MRJ:** O Instituto Pro Bono, por meio de sua equipe – composta por Marcos Fuchs, diretor-executivo; João Pedro Pereira Brandão, diretor-adjunto; duas advogadas e uma estagiária – vem realizando um trabalho intenso e exaustivo de divulgação e fomentação da advocacia solidária e gratuita pelo Brasil e hemisfério Sul. Até o momento, não foi possível de fato estender a nossa atuação para outros estados.

Entretanto, há uma movimentação política nos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul para que a prática seja regulamentada pelas OABs estaduais. Além disso, a experiência foi divulgada pela

organização internacional New Tactics for Human Rights, tendo sido apresentada no Peru e na Turquia.

**Filantropia: Qual a posição do instituto em relação ao marco legal do Terceiro Setor?**

**MRJ:** O Brasil ainda carece de um Marco Legal para o chamado Terceiro Setor, apesar do crescente número de associações civis constituídas nos últimos anos. Não há ainda uma legislação específica para os diferentes tipos de organizações da sociedade civil, somente um conjunto de leis que tentam regulamentar a relação do Estado com a sociedade civil. Os projetos de lei sobre o Terceiro Setor, que estão atualmente em trâmite no Congresso Nacional, trazem uma concepção controladora do Estado com relação às entidades.

Em linhas gerais, eles instituem mecanismos de prestação de contas, propõem excessivas fiscalizações e um cadastro nacional de entidades – o que acaba, certamente, tirando a sua autonomia e a sua independência de atuação. Das 24 iniciativas legislativas sobre o Terceiro Setor que tramitam no Congresso, 18 referem-se a mecanismos de repressão, fiscalização e controle,

4 dizem respeito aos incentivos para as entidades da sociedade civil e 2 são neutras.

Ressalta-se, aqui, que o Instituto Pro Bono é partidário da idéia, defendida pela Associação Brasileira de ONGs (Abong), de que o marco legal do Terceiro Setor deve seguir os princípios da autonomia de associação dos cidadãos brasileiros, da independência com relação ao Estado – não se permitindo a utilização das entidades como solução paliativa para os seus problemas – e da transparência e controle social sobre a utilização de recursos públicos.

Com a criação de uma nova regulamentação que segue esses parâmetros, haverá possibilidades de um trabalho independente, sustentável e muito mais efetivo por parte das organizações sociais, que muito contribuirá para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil. 

#### Instituto Pro Bono

 [www.institutoprobono.org.br](http://www.institutoprobono.org.br)  
 [faleconosco@institutoprobono](mailto:faleconosco@institutoprobono)  
 (11) 3889-9070



#### SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade Gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços Contábil, Fiscal, Trabalhista e Financeiro
- Auditoria e Validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

**DESENVOLVEMOS, ANALISAMOS E IMPLEMENTAMOS SUA GESTÃO CONTÁBIL, QUER ELA TENHA FINS LUCRATIVOS OU SOCIAIS.**

**São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade à nossa conduta de trabalho e atendimento.**

**Empresas que utilizam os serviços da SETECO:**  
**Fundação Abrinq**  
**Ass. Anália Franco**  
**Planet Finance Brasil (Ong)**  
**Anefac**

**[www.seteco.com.br](http://www.seteco.com.br)**  
**[seteco@seteco.com.br](mailto:seteco@seteco.com.br)**

**Rua Loefgreen, 1387 – Vila Mariana**  
**São Paulo – SP – CEP 04040-031**  
**Fone + 55 11 5908-6800**  
**Fax + 55 11 5908-6802**

# Certificações sociais

*Pressionadas pela sociedade, empresas deixam o campo das intenções e começam a agir, impulsionando o compromisso social com o mercado*

FERNANDO CREDIDIO

fernando.credidio@parceirodavidia.org



Responsabilidade social e sustentabilidade são dois conceitos cada vez mais integrados ao cotidiano das empresas, de qualquer setor ou porte, e são considerados estratégicos para as que pretendam perenizar seus negócios. Hoje, ninguém mais discute que a busca pelo lucro e pela sobrevivência das organizações passa pelo bom comportamento corporativo.

Contudo, é importante ressaltar que a responsabilidade social empresarial não é um conjunto de ações, mas uma prática administrativa, uma filosofia de gestão. Por isso, observa-se um crescimento substancial de diretrizes e normas externas, tanto para a aferição das ações e condutas corporativas como para a mensuração dos resultados obtidos em cada área de intervenção. Afinal, não basta apenas o discurso. A sociedade mostra-se cada vez mais atenta às políticas das empresas, exigindo destas mais do que retórica ou boa intenção.

O relatório social anual e o balanço social são as formas de prestação de contas mais comuns encontradas por uma empresa para comunicar sua atuação socioambiental. Mas existem outras maneiras de fazer isso, submetendo-se, por exemplo, a auditorias especializadas, reconhecidas no país e internacionalmente.

Por meio do cumprimento de diretrizes, normas e a obtenção de certificações específicas, como AA 1000 e a SA 8000 – que atestam o respeito de uma organização à comunidade, aos seus colaboradores, fornecedores, clientes e concorrentes –, as corporações têm se preocupado em demonstrar, junto às diversas partes interessadas, seu comprometimento em relação às práticas adotadas. O bom resultado nesse tipo de avaliação transforma-se em oportunidade de negócios, pois agrega valores à sua imagem e reputação, contribui para o marketing positivo

da marca, além de atrair parceiros, investidores e acionistas. Ou seja, gera lucro. Isso porque as chances de as empresas sofrerem com processos ambientais e trabalhistas, entre outros fatores, serão menores.

## Eficiência

Mas o que são normas de certificação? Em suma, elas constituem-se em uma ampla categoria de códigos, guias, princípios e padrões de desempenho elaborados por organismos governamentais, organizações não-governamentais, associações de negócios, de comércio ou grupos industriais para guiarem o comportamento corporativo. A prática de se certificar é altamente eficaz, pois gera credibilidade e demonstra que a organização está agindo de acordo com a legislação nacional e internacional. Ademais, as certificações contribuem para diferentes aspectos dos negócios, elevando os níveis de qualidade, segurança e eficiência.

Em se tratando dos aspectos social e ambiental, as certificações produzem importantes repercussões, não apenas para as empresas como, principalmente, para a sociedade. Os benefícios são tangíveis. Ao implementar um processo desse nível, as organizações acabam reduzindo os impactos de suas atividades sobre o meio ambiente, o que demonstra interesse por uma gestão eficaz, obtendo, assim, a tão cobiçada melhoria contínua.

Outra vantagem de obter certificações diz respeito à minimização da crescente crise de confiança existente em empresas e organizações por parte da sociedade, em todo o mundo. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Mori, na Inglaterra, apontou que 73% dos britânicos não acreditam que empresas ajam de forma socialmente responsável. No Brasil, não acontece diferente, uma vez que muitas corporações têm



## A prática de se certificar é altamente eficaz, pois gera credibilidade e demonstra que a organização está agindo de acordo com a legislação nacional e internacional

se válido da responsabilidade social como mera estratégia promocional e de marketing, passando longe da vocação e das atitudes que seriam as esperadas.

Levando-se em conta que a responsabilidade social não mais se restringe aos limites de uma corporação – por passar de uma empresa para outra e destas para a sociedade – a certificação se traduz em uma excelente forma de gestão e divulgação de resultados, pois induz a organização a adotar práticas e

processos. Além disso, trata-se, sem dúvida, de uma medida natural, saudável e necessária para o desenvolvimento de uma nova postura empresarial. 

**Fernando Credidio.** Consultor de comunicação organizacional, especializado em Terceiro Setor, gestor de Responsabilidade Social Corporativa, presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial e coordenador do curso Management in Social Responsibility.



### PRINCIPAIS NORMAS E CERTIFICAÇÕES SOCIAIS

Existem diversas diretrizes e normas que abrangem um ou mais aspectos da responsabilidade social empresarial. As mais importantes são:

**AA 1000 (AccountAbility 1000):** Primeiro padrão mundial de garantia para atestar a credibilidade e a qualidade de informações públicas de empresas sobre seu desempenho social, ambiental e econômico, a AA 1000 é uma norma de *accountability*, com foco em assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético. O principal diferencial da norma está na inclusão das partes interessadas em todos os seus passos, dando credibilidade à responsabilidade corporativa da organização que a adota.

**ABNT NBR 16001 (responsabilidade social – sistema de gestão – requisitos):** Elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com a participação de técnicos e representantes do Primeiro, do Segundo e do Terceiro Setor, a NBR 16001 tem como objetivo estabelecer requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliar as organizações a alcançarem seus objetivos relacionados aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

**Balanco social:** Instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais, ampliando o diálogo de uma organização com a sociedade, a fim de prestar contas dos impactos de sua atuação nas áreas social e ambiental. Os dois modelos mais utilizados pelas empresas brasileiras são os elaborados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

**BS 8800 (British Standards 8800):** Guia de diretrizes sobre sistema de gestão da segurança e da saúde no trabalho, cujos objetivos são minimizar os riscos para os trabalhadores, melhorar o desempenho dos negócios e estabelecer uma imagem responsável da organização perante o mercado.

**Diretrizes do GRI (Global Reporting Initiative):** Iniciativa pioneira na proposta de incorporação de indicadores de sustentabilidade nos relatórios de atividades empresariais, fornece diretrizes para as empresas que desejam apresentar um balanço econômico, social e ambiental. Sua missão é elevar a qualidade dos relatórios a um nível passível de comparabilidade, consistência e utilidade.

**Escala Akatu de Responsabilidade Social Empresarial:** Oferece às organizações uma forma de análise e de divulgação de suas práticas de responsabilidade social, tendo como base a percepção dos consumidores brasileiros sobre a atuação das empresas no Brasil.

**FSC (Forest Stewardship Council):** Não se trata de uma norma ou de uma diretriz, mas de um “selo verde”, resultado de uma iniciativa para o desenvolvimento sustentável das florestas. O FSC tem como objetivo difundir o bom manejo florestal conforme princípios e critérios que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.

**Global Compact (Pacto Global):** Conjunto de 10 princípios criado a partir de uma iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, durante o Fórum Econômico Mundial de 1999, com o objetivo de sensibilizar o mundo empresarial no sentido de dar uma face humana à globalização, com a meta de tornar a economia mundial mais sustentável e possibilitar a inclusão social. Os princípios do Pacto Global derivam da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

**ISO 14001:** Norma que estabelece os requisitos de implementação e operação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pois fornece diretrizes para que as organizações e seus colaboradores aprendam a prevenir danos ao meio ambiente. Sua utilização é um meio de

garantir às empresas uma administração eficaz e eficiente dos assuntos ambientais, pelo uso de um único sistema de gerenciamento, permeando todas as funções da organização.

**ISO 26000 (Norma Internacional de Responsabilidade Social):** Terceira geração de normas de sistema de gestão ISO (International Organization for Standardization) – já que vigoram o sistema de gestão de qualidade (ISO 9000) e o de gestão ambiental (ISO 14000) –, é um conjunto de diretrizes, sem propósito de certificação. As organizações responsáveis pela elaboração da ISO 26000 (que deverá estar concluída até 2008) são o Swedish Standards Institute (SSI) – Instituto Sueco de Normalização e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series 18001):** Oficialmente publicada pelo British Standards Institution (BSI), trata-se de uma especificação que tem por objetivo prover às organizações os elementos de um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) eficaz, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos de segurança e saúde ocupacional.

**SA 8000 (Social Accountability 8000):** Desenvolvida pela Social Accountability International (SAI), é o primeiro padrão global de certificação social, com a função de garantir os direitos básicos dos trabalhadores. Entre outros pontos, a norma proíbe a mão-de-obra infantil e estimula medidas de segurança e saúde, remuneração e liberdade sindical em toda a linha de produção. Com isso, as empresas têm condições, inclusive, de fiscalizar os fornecedores.

**Sustainability Scorecard:** Sistema de gestão para uma empresa medir seu desempenho sob o ponto de vista da sustentabilidade. É dividido em cinco diferentes dimensões: econômica; relação com os clientes; processos e tecnologia; saúde, segurança e meio ambiente; e recursos humanos e responsabilidade social corporativa.

# Entregando valor, desenvolvendo paixão

ADER ALVES DE ASSIS JR.

aderjr@fundocristao.org.br



A globalização e o desenvolvimento tecnológico geraram uma profunda transformação na sociedade contemporânea. A informação passou a circular rapidamente, fazendo com que o mundo se conhecesse melhor. Com isso, a sociedade vem definindo e redefinindo o papel dos agentes econômicos e indivíduos, convocando-os a um novo posicionamento e compromisso profundo com o bem-estar social.

Uma importante parte da estratégia sustentável de mobilização de recursos é conseguir a ampliação do apoio de indivíduos, para que as organizações diversifiquem suas fontes de recursos. Assim, elas reduzem a sua dependência de alguns grandes doadores e geram maior estabilidade financeira.

Indivíduos também são uma boa fonte de recursos para campanhas de capitais e despesas operacionais, muitas vezes não financiadas pelas agências de desenvolvimento e fundações, além de alavancar outros recursos importantes para a sobrevivência de uma entidade.

Ainda que não sejam empresas de negócios, as organizações do Terceiro Setor têm “clientes”, aos quais destinam seus projetos sociais, e devem financiar suas próprias atividades, fatos que as obrigam a pensar em gestão, assim como fazem as empresas que visam o lucro. Dentro dessa abordagem, o marketing se torna ponto focal para a mobilização de recursos de organizações da sociedade civil.

## Relacionamento

Entretanto, apesar de ser um dos principais tópicos abordados em encontros sobre gestão, e ganhar cada vez mais importância e destaque na área social, a maioria dos mobilizadores de recursos ainda não entende o que o marketing realmente significa e como pode auxiliar na busca estratégica de recursos.

De acordo com a American Marketing Association, marketing é uma função organizacional com uma série de processos de criação, comunicação, entrega de valor para clientes e de gestão de relacionamentos de forma que beneficie a entidade e seus públicos de interesse: *stakeholders*.

Quando se entende o conceito de entrega de valor, é possível trabalhar várias estratégias para mobilizar e diversificar as fontes de recursos de uma organização. O problema é que muitos profissionais vêm a função de elaboração de projetos e busca de capitais com tão pouco entusiasmo, como se fossem a um funeral. Talvez a falta de experiência prática faça com que o processo se torne ao mesmo tempo desafiante, intimidador e assustador.

Para contrapor essa idéia desafiante, utiliza-se o poder mobilizador do relacionamento, a fim de diversificar e trazer novos recursos para a entidade. Já é fato reconhecido e aceito que trabalhar o relacionamento com foco na retenção de doadores é menos dispendioso do que conquistar novos doadores.

Na verdade, é preciso trabalhar as duas vertentes estratégicas. Uma organização com 95% de taxa de retenção e 10% de taxa de aquisição de doadores, por exemplo, demora 14 anos para dobrar o ingresso de recursos. Se a taxa de retenção for reduzida para 90%, ela nunca aumentará sua capacidade de mobilizar recursos. Portanto, uma estratégia baseada apenas no relacionamento de doadores atuais, muitas vezes, tende a não ser totalmente eficiente.

## Falta de paixão

Para habilitar uma entidade a mobilizar recursos efetivamente, o profissional de *fundraising*, como é conhecido nos países desenvolvidos, deverá exercer sua liderança com a capacidade de criar uma paixão por



**Os profissionais de marketing mais bem-sucedidos utilizam elementos do marketing emocional em seus esforços de estratégia de massa. Igualmente nas organizações do Terceiro Setor, a emoção é a força capaz de inspirar os doadores a agir, doar e se comprometerem com a causa**

uma causa específica. Para desenvolver essa paixão, utiliza-se o relacionamento para ganhar a confiança e apoio dos indivíduos. A maioria prefere doar recursos para as organizações que conhece e com as quais se identifica – e muitas vezes por esta razão está disposta a doar uma quantia superior.

A confiança é a emoção da mobilização de recursos, e a entidade somente consegue um elevado nível de confiança se merecer e se for motivado pela tomada de decisão em que ambos os lados se sentem ganhadores.

Os seres humanos são criaturas emocionais que têm uma necessidade profundamente enraizada de se conectar com os outros e com o mundo que os rodeia. Tudo o que se faz deve ter paixão! As emoções desempenham um importante papel na luta pela sobrevivência, prosperidade e realização integral do potencial. Os profissionais de marketing mais bem-sucedidos utilizam elementos do marketing emocional em seus esforços de estratégia de massa, posicionando os produtos de modo a fazer alguma

diferença na vida das pessoas. Bebês sempre funcionaram em comerciais!

Igualmente nas organizações do Terceiro Setor, a emoção é a força capaz de inspirar os doadores a agir, doar e se comprometerem com a causa. Mas é preciso cuidado! Mesmo o comercial mais sentimental deve evitar ser manipulativo. As entidades têm o dever e a honra de comunicar com honestidade e respeito. Uma opção é utilizar mini-histórias muito amadas que pretendem declaradamente tocar nas cordas do coração e achar um link entre um ser em necessidade e um doador em potencial. Porém, a realidade e os fatos nunca são distorcidos!

Os cursos de treinamento na elaboração de projetos têm enfatizado a mecânica da escrita de uma proposta. Por exemplo, eles cobrem os elementos essenciais na narrativa de um projeto social, as questões que precisam ser abordadas na problemática ou tema central, e a importância de se estabelecer a credibilidade da organização. Muitos são orientados e focados apenas na técnica. O que falta é criatividade e paixão. Na verdade,

o grande desafio é tornar o trabalho de um mobilizador de recursos alegre e criativo, além de apaixonante e real.

Uma das principais razões que leva um profissional a trabalhar no Terceiro Setor é a possibilidade de contribuir de uma maneira significativa para a comunidade. É a paixão pelo trabalho, não pelo tinir do bronze na abertura do mercado de capitais ou crescimento dos fundos de investimentos, que os faz continuar com profissionalismo.

Ainda assim, é precisamente a paixão que quase sempre falta nas propostas de projetos. Mobilizar recursos, além de entregar valor para todos os atores envolvidos em um projeto social, deverá também ser encarado como uma atividade profissional apaixonante, impelindo as pessoas a tomarem uma posição frente às adversidades que a vida nos proporciona. 

**Ader Alves de Assis Jr.** Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em Administração e professor de Marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

## **CURSO** Comunicação e Marketing para Organizações do Terceiro Setor causando impacto e ajudando na captação de recursos

PROGRAMA

- Planejamento da comunicação de uma organização do Terceiro Setor
- Como montar um departamento de comunicação institucional
- Uso de fotos, imagens e identidade visual
- Como agregar valor a seu projeto social
- Meios de comunicação mais eficientes e suas particularidades
- Comunicação Digital
- Telemarketing
- Eventos como forma de divulgação
- Prestação de contas
- Relacionamento com imprensa/jornalistas
- Captação de recursos e fidelização de doadores
- Formas de abordagem em diferentes campanhas

**PRÓXIMA TURMA  
CAMPINAS**  
12 de maio de 2006  
das 8h às 17h30

**Organização e informações:**  
consultoria@zeppelini.com.br  
Tel: (11) 6978.6686

Para realização deste curso ou consultoria em **sua cidade**, contate consultoria@zeppelini.com.br

# Gerenciamento & planejamento

*Estudar estratégias, planejar ações e gerir projetos constituem metodologia imprescindível para o sucesso*

**RICARDO FALCÃO**

r.falcao@terra.com.br

O maior erro das micro e pequenas instituições é, sem dúvida, o gerenciamento. O segundo é achar que o problema é apenas financeiro. Gastar mensalmente mais do que se ganha, não ter recursos para investir e crescer não são problemas financeiros, mas de gestão.

É bastante comum encontrar nas instituições profissionais capacitados nas atividades “fim” e não nas atividades “meio”, entre elas o gerenciamento. Há técnicos que por sua competência são promovidos a gerente, o que muitas vezes resulta na perda de um excelente técnico e no ganho de um péssimo gerente, pois são atividades diferentes.

Pode-se nascer com o perfil de gerente, mas não se nasce gerente. Uma das características do gerente é não ter medo de tomar decisões, pois sabe que uma escolha errada é melhor que nenhuma. Ele é o responsável e, como tal, pode partilhar a tomada de decisão, mas nunca o ônus desta.

## O poder

Estrutura de poder existe em todos os lugares e tende a aparecer em uma instituição na forma de hierarquia. O poder não é bom nem mau, mas a maneira como é exercido sim. Tudo é ruim na mão de alguém despreparado, principalmente o poder. Não adianta dividi-lo, porque enquanto o planejamento é coletivo, a execução é individual.

Gerenciamento se faz primeiro com um sistema de informações eficiente e eficaz, ou seja, um sistema rápido e preciso. Quanto mais rápido a informação é recebida, mais tempo há para a tomada de decisão. E quanto mais precisa ela for, maiores são as chances de se tomar a decisão correta.

A boa administração de pessoal é colocar a pessoa certa no lugar certo. Para isso,

é preciso conhecer as pessoas e saber o que se quer delas. Deve-se lembrar sempre que responsabilidade e autoridade andam juntas, na mesma proporção.

## A ação

Existem duas maneiras de crescer em uma instituição. Uma pessoa pode se desenvolver como técnico ou gerente. O importante é ter em mente que quanto mais se sobe na hierarquia institucional, mais se afasta do trabalho técnico.

Um espírito de liderança nato não é suficiente para se desempenhar um trabalho gerencial de qualidade, é preciso capacitação. O principal instrumento gerencial é o planejamento, pois é ele que mantém o foco nos objetivos.

Um dos erros mais comuns ao se realizar o planejamento é a não-participação de toda a instituição. Planejamento é uma atividade coletiva e suas decisões são fruto do consenso. Assim, deve ser feito por grupos hierárquicos, uma vez que é muito difícil chegar ao consenso com um número grande de participantes.

O resultado final do planejamento estratégico dará subsídios para que cada gerente elabore o plano de ação para sua área. Para tanto, é fundamental a utilização de um facilitador, a fim de se evitar a imposição do consenso pelos hierarquicamente superiores.

Resumindo, o planejamento é o ponto de partida de qualquer atividade, pois é nele que determinamos onde estamos, aonde queremos chegar e como chegaremos lá. 

**Ricardo Falcão.** Gerente da RFalcão Consultoria e Planejamento Ltda. Consultor na área de elaboração, gerenciamento e avaliação de projetos, planejamento, gestão estratégica e captação de recursos. Ministra cursos de elaboração de projetos e captação de recursos na PUC/SP, LAO/SP e Sebrae/RJ, entre outros.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento estratégico é composto por 5 etapas:

### 1 Definição do plano

Projetar todo o processo para ajustá-lo às circunstâncias particulares de sua instituição, suas capacidades, necessidades e recursos. A palavra chave é o equilíbrio entre:

- A Qualidade
- B Prazo
- C Recurso
- D Beneficiário

### 2 Definição do contexto estratégico

- A Valores – Princípios que guiam a instituição.
- B Missão – É o que a instituição faz, para quem faz e como faz.
- C Visão – Onde quero estar em 1, 3 e 5 anos?

### 3 Análise do ambiente externo e interno e identificação e seleção das questões estratégicas

- Identificar pontos fortes e fracos da instituição com base nos ambientes interno e externo.

### 4 Desenvolvimento de projetos de estratégia de mudança

- Definir a estrutura organizacional mais adequada e seus gerentes.
- Definir responsabilidades sobre pontos fracos e visões.
- Implementação de projetos de estratégia de mudança.

### 5 Planejar, implementar e acompanhar os projetos de mudança

- Determinar metas e prazos.

# Natal Voluntários

*Estimulados pela frase do escritor e diretor de cinema francês Jean Cocteau, sem saber que era impossível, voluntários de Natal saem do comodismo e partem para a ação*

ELAINE IORIO

**A** pesar do pouco tempo de existência, o Natal Voluntários é uma das entidades de maior destaque e atuação no voluntariado brasileiro, principalmente na capital potiguar. A organização foi fundada em 2000, a partir do Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária.

Inicialmente, a idéia central era articular oferta e demanda de voluntários. Procurava-se, de um lado, incentivar a participação das pessoas em ações voluntárias; de outro, preparar as organizações sociais para o desenvolvimento de programas de voluntariado e, assim, potencializar a ação solidária nas organizações.

Hoje, muito mais que articular ações, o Natal Voluntários busca a formação de uma nova mentalidade da sociedade civil. “A proposta é despertar o sentimento de amor à cidade, em que cada indivíduo trabalha dentro de sua capacidade e máxima potencialidade, para que no final todos ganhem qualidade de vida”, conta Mônica Mac Dowell, diretora-presidente da ONG.

## Participação geral

A maior dificuldade enfrentada pela entidade é de convencer a população a agir. “O sentimento das pessoas de que o problema, quando é coletivo ou não lhe atinge diretamente, não é da sua conta, dificulta os trabalhos”, critica a diretora, para quem as pessoas preferem transferir a responsabilidades para o governo, para Deus, para o síndico, líder comunitário etc.

Por isso, nos últimos três anos o Natal Voluntários procura difundir a cultura de voluntariado participativo, colaborativo e comunitário, baseada no princípio da “subsidiariedade”. Cada indivíduo trabalha dentro de sua capacidade e máxima potencialidade, até esgotar sua possibilidade de atuação, devendo, só então, recorrer a uma instância superior.

## Projetos e parcerias

Levar os Objetivos do Milênio para a Comunidade é hoje o principal projeto da entidade, cujo objetivo é mostrar como pessoas, escolas, universidades, empresas e conselhos de bairro podem colaborar com a proposta da ONU. Outro programa é o Asa Branca: educação para o trabalho, construído e desenvolvido pelo Natal Voluntários conjuntamente com outras organizações do Terceiro Setor, instituições públicas, empresas privadas e instituições de ensino, com foco na qualificação profissional da juventude.

As ações da ONG são possíveis graças às parcerias que desenvolve com o Sebrae/RN, a Fundação Kellogg, as agências McCann, Mariz Comunicação e Hiperespaço, a empresa Cosern, além dos meios de comunicação nacionais e companhias locais que desde a fundação apóiam com serviços. Mônica ainda lembra as diversas personalidades, como Paulo Autran, Camila Pitanga, Maria Rita, Renato Braz e Sebastián, que atuaram como voluntários em importantes campanhas e conferem carisma e legitimidade à causa.

## Conquistas

Em 2004, Natal foi a única cidade do Brasil reconhecida como Cidade com Coração pelas Nações Unidas e pelo BID. O prêmio foi conferido a cinco cidades no planeta onde organizações, empresas e governos investem no voluntariado como ferramenta para o alcance dos Objetivos do Milênio. Em Natal, o programa Tempo de incentivo ao voluntariado, promovido pelo Natal Voluntários, foi que impulsionou o reconhecimento.

Mônica também destaca como principais conquistas a realização dos Fóruns de Responsabilidade Social, que teve a participação de grandes lideranças empresariais e sociais, e a coordenação nacional do Dia Global do Voluntariado Jovem, que pela falta de patrocínio, sua realização só foi possível por causa do engajamento de voluntários, equipe e parceiros.

“Cooperação, legitimidade, transparência, visibilidade e sustentabilidade são pontos que consideramos cruciais para o nosso trabalho e os perseguimos continuamente. No entanto, a nossa sustentabilidade é ainda muito frágil e se apresenta como um grande desafio a ser conquistado”, conta a diretora. 

## Natal Voluntários

 Avenida Rodrigues Alves, 871  
Natal/RN  
 [www.natalvoluntarios.org.br](http://www.natalvoluntarios.org.br)  
 [centro@natalvoluntarios.org.br](mailto:centro@natalvoluntarios.org.br)  
 (84) 3211-1527

DIVULGAÇÃO



Mônica Mac Dowell, diretora-presidente do Natal Voluntários

# Debate sobre a extinção de fundações a partir de 2007

MARCOS BIASIOLI  
marcos@mbiasioli.com.br



A mudança introduzida no Código Civil, pela Lei nº 10.402/02 – fartamente debatida pela doutrina, tribunais e mídia –, trouxe uma série de novas nuances da vida civil das pessoas físicas e jurídicas. Contudo, não obstante a mutação já estar por completar seu terceiro aniversário, ainda pairam muitas dúvidas quanto à extensão das modificações. Dentre elas, a aplicação do parágrafo único do art. 62, que regula a área de atuação das fundações, restringindo à vocação religiosa, moral, cultural ou assistencial.

Considerando que as pessoas jurídicas possuem prazo até 2007<sup>1</sup> para se adequarem às novas regras, surge como principal tônica das suscitações o destino das fundações que não possuem como vocação nenhum dos requisitos previsto naquela lei. Dentre muitos exemplos, é possível destacar as fundações voltadas para o meio ambiente, outras idealizadas para servirem de mantenedoras de entidades educacionais, por força da determinação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e aquelas fomentadas para apoiar projetos.

Caso o estudo fosse focado apenas na redação do parágrafo único do referido art. 62, de pronto não se titubearia em sustentar a necessidade da extinção das fundações que não se enquadram nos estreitos limites da lei, já a partir do ano de 2007. Todavia, a extensão do exame vai além, pois é necessário reunir outros conceitos e disposições legais para se deduzir com eficácia os seus limites. Para isso, os advogados devem, por dever de ofício, analisar primitivamente a gênese fundacional.

## **Síntese da evolução histórica das fundações brasileiras**

Romão de Matos Duarte, que segundo o promotor de Justiça de fundações, Edson José Rafael, foi o primeiro milionário brasileiro nos idos de 1738 que resolveu separar parte de seu patrimônio para formar um fundo, a fim de possibilitar tratamentos de saúde de forma digna junto à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Assim, nascera a fundação que levou o seu nome.

O modelo de Duarte impulsionou a vinculação de fortunas transferidas por meio de testamentos às obras sociais, especialmente

destinadas às Santas Casas de Misericórdia, e motivou a formatação jurídica das fundações. A Lei nº 173 de 10/09/1903, promulgada pelo governo de Rodrigues Alves, foi a primeira legislação que reconheceu a personalidade jurídica a entidades sem fins lucrativos, científicos e religiosos, e que contribuiu como texto orientador à elaboração do Código Civil de 1916.

O Estado neoliberalista conferido pela Carta Política de 1988 outorgou o direito ao indivíduo da autonomia da vontade para instituir pessoas jurídicas, com fins econômicos ou altruísticos: “ganhar na terra um pouco de eternidade a que todo o homem aspira”<sup>2</sup>. Porém, como o princípio da liberdade está condicionado ao da legalidade, o condicionou a obedecer limites de forma e objeto. E assim o fez por meio da nova Lei nº 10.402/02, que reformou o Código Civil.

## **Limites legais da instituição fundacional**

As fundações, como mostrado, não se originam de uma aglomeração de pessoas naturais, mas de um acervo de bens que, por meio de uma dotação de seu instituidor, adquire a faculdade de agir no mundo jurídico, observando, em tudo, as finalidades a que visou o seu fundador. Diz o art. 62 do novo Código Civil: “para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”.

Observa-se, então, que pelo dispositivo do diploma civil, cabe ao instituidor o papel de impor limites aos fins da instituição, não sendo, portanto, atributo do Estado, tampouco do Ministério Público e muito menos do administrador. Entretanto, a lei aparentemente veio violar cláusula pétrea da Constituição Federal, que regula e resguarda o direito fundamental de se associar para fins lícitos, bem como a liberdade constitucional, que imprime o conceito de que “tudo o que não é proibido é permitido”.

A limitação imposta pelo legislador está centrada no parágrafo único<sup>3</sup> do art. 62, que restringe a atuação fundacional em: religião, moral, cultural ou de assistência. Ao analisar o referido parágrafo isoladamente, pode-se facilmente deduzir que o legislador quis impor tal limitação para as

**As fundações erigidas pela lei anterior constituem ato jurídico perfeito e os seus direitos e obrigações estão insertos no rol dos direitos adquiridos, sendo vedada à limitação imposta**

novas fundações e não para aquelas já existentes, isto porque imprime que a “fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência”.

Ocorre que no limiar da própria legislação, encontramos a redação do art. 2.031, que aduz com veemência que, entre outras, as fundações, constituídas na forma das leis anteriores, bem como os empresários, deverão se adaptar às disposições do Código até 11 de janeiro de 2007.

A segurança que construímos com a mera leitura do parágrafo único do art. 62, de que as fundações já existentes não careciam de se adaptar ao novo mandamento legal, caíra por terra ante a circunscrita leitura do mencionado art. 2.031, que obriga as instituições remanescentes a se adequarem à nova regra, entre elas mudar sua vocação para uma daquelas escudadas no parágrafo único do art. 62.

Mas para a surpresa dos consumistas da regulação, a própria reforma lança na redação do art. 2.032 que: “as fundações, instituídas segundo a legislação anterior, inclusive as de fins diversos dos previstos no parágrafo único do art. 62, subordinam-se quanto ao seu funcionamento”. Com isso, extrai-se nova dedução, que as fundações constituídas anteriormente à vigência do novo Código,

não estão sujeitas a mudar sua vocação para fins de atender ao anseio do parágrafo único do art. 62. Todavia, seu funcionamento está subordinado às demais regras do diploma.

Tal entendimento vem de encontro com a postura dos próprios curadores de fundações, que reunidos em Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, prolatarem por unanimidade a redação de um enunciado a ser aplicado pelo Ministério Público, que apesar de não ser vinculante, ao menos delineia a performance do fiscal da lei em face das fundações. O teor seria: “Enunciado 8 – art. 62, parágrafo único: a constituição de fundação para fins científicos, educacionais ou de promoção do meio ambiente está compreendida no CC, art. 62, parágrafo único.”

José Eduardo Sabo Paes, em sua clássica obra *Fundações e Entidades de Interesse Social*, Tomáz de Aquino Resende<sup>4</sup> e Maria Helena Diniz<sup>5</sup> não destoam da conclusão do Ministério Público. Assomada à construção da exegese da lei que alarga seu conceito frente aos limites, edificada pela doutrina, invoca-se também a maestria da Lei de Introdução ao Código Civil, que no art. 6º determina a subordinação da nova lei ao respeito pelo direito adquirido e ao ato

jurídico perfeito. Em outras palavras, as fundações erigidas pela lei anterior constituem ato jurídico perfeito e os seus direitos e obrigações estão insertos no rol dos direitos adquiridos, sendo vedada à limitação imposta.

Derradeiramente, conclui-se que as limitações infraconstitucionais, ora previstas no novo Código Civil, se aplicam somente em face da constituição de novas fundações, pois aquelas que se apresentavam quando do início da vigência do diploma, não se subsumem as presas anacrônicas da Lei nº 10.406/02, ao menos quanto a sua constituição. Assim sendo, é utópico o discurso acerca da necessidade da extinção da fundação instituída na vigência do Código de 1916, para fins não estribados nos atuais limites da nova lei. 

**Marcos Biasoli.** Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, idealizador e editor da Revista Filantropia.

<sup>1</sup> PRAZO MAJORADO POR ADVENTO DA LEI Nº 11.127/05.

<sup>2</sup> CAETANO, MARCELO. DAS FUNDAÇÕES: SUBSÍDIOS PARA A INTERPRETAÇÃO E REFORMA DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA. EDIÇÕES ÁTICA.

<sup>3</sup> TRAMITA NO CONGRESSO NACIONAL O PROJETO DE LEI Nº 7.160/02, DO DEPUTADO RICARDO FIÚZA, PARA A SUPRESSÃO DO REFERIDO PARÁGRAFO, O QUAL ESTÁ PARA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

<sup>4</sup> ARTIGO. WWW.MP.PR.GOV.BR/CIDADANIA/FUNDAÇÕES.

<sup>5</sup> CURSO DE DIREITO CIVIL, TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL, 1º VOLUME, EDITORA SARAIVA.



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações

- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**40 anos**  
de exclusivo  
compromisso  
com as  
entidades  
do 3º setor

(11) 3872-1195

**www.sergiomonello.com.br**

São Paulo  
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes  
São Paulo/SP - CEP 01150-001

Filial Brasília - Centro Multiempresarial  
SRTVS, Quadra 701, Bloco O, sala 611  
Brasília/DF - CEP 70340-000



## Certificação digital

A Portaria nº 259/06 da Receita Federal acaba com o uso do papel nos processos para os contribuintes que possuem certificação digital, reduzindo tempo de espera e custos. Entre os serviços eletrônicos estão: entrega de documentos, petição, apresentação de pedidos e recibos. O uso ainda não é obrigatório. Os contribuintes podem procurar os bancos, o Serpro, o Serasa e a empresa CertiSign para obter o e-CPF para pessoas físicas e o e-CNPJ para as empresas e entidades sociais.

 [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)



## Transporte intermunicipal gratuito

A Lei Estadual nº 12.277/06, de São Paulo, assegura aos maiores de 65 anos a reserva de uma vaga gratuita por veículo no transporte coletivo intermunicipal rodoviário público e privado. Serão beneficiados os idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, mediante solicitação da vaga com 48 horas de antecedência. Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que comprove sua idade e renda.



## Política para usuários de drogas

As entidades que promovem a educação e a saúde no Estado de São Paulo devem se atentar para a Lei nº 12.258/06, que estabelece políticas de prevenção, cuidados, tratamento e reinserção dos usuários de drogas. Também prevê como direitos fundamentais desse grupo a garantia de não-exclusão de escolas e centros esportivos, não sofrer discriminação em campanhas contra o uso de drogas que diferenciem os usuários dos dependentes, acesso a tratamentos que respeitem sua dignidade, ser informado sobre tudo o que envolve o seu tratamento, além de apoio psicológico.



## Regulamentação do ProUni

A Portaria do Ministério da Educação GM/MEC nº 569/06 regulamenta o art. 11 da Lei nº 11.180/05 e estabelece as condições para que estudantes beneficiários de bolsas integrais concedidas no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni) habilitem-se a receber bolsa-permanência no valor de R\$ 300 mensais, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais.

 [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)



## Reintegração de funcionário com HIV

A 3ª turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a ordem de reintegração ao serviço, determinada em segunda instância, em favor de um trabalhador dependente químico e portador do vírus HIV, dispensado da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S/A (Imesp) cinco anos após o diagnóstico de Aids. A relatora do recurso, ministra Maria Cristina Peduzzi, rejeitou o argumento da Imesp de que não há legislação que garanta ao trabalhador soropositivo o direito à estabilidade no emprego. Segundo ela, o direito decorre do conjunto de garantias constitucionais, em especial, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a promoção do bem de todos sem discriminação, a isonomia de tratamento, a vedação de atos discriminatórios e a proteção contra a despedida arbitrária.



## Novas diretrizes para o SUS

A Portaria nº 358/06 estabelece que o gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, desde que utilizada toda a capacidade instalada dos serviços públicos, além da comprovação justificada de tal necessidade. A administração deverá dar preferência às entidades filantrópicas, firmando convênio. Para isso, a organização deverá satisfazer os requisitos básicos contidos na Lei nº 8.666/93 e no art. 3º do Decreto nº 2.536/98.



## Medicamentos em braille e pilulas por unidade

A Lei Estadual nº 12.253/06 obriga farmácias e drogarias estabelecidas no Estado de São Paulo a manterem à disposição do público lista de medicamentos genéricos em caracteres braille. Já a Lei Estadual nº 12.255/06 obriga os estabelecimentos a venderem comprimidos e pilulas por unidade, atendendo à prescrição do receituário médico e à necessidade do consumidor. O valor unitário deve ser proporcional ao preço previsto para a embalagem fechada do medicamento.



## Governo paulista investe em cultura

Por meio da Lei Estadual nº 12.268/06, o Estado de São Paulo instituiu o Programa de Ação Cultural (PAC), que será implementado pela Secretaria de Estado da Cultura. O PAC tem como objetivo apoiar e patrocinar a renovação, o intercâmbio, a divulgação e a produção artística e cultural; preservar e difundir o patrimônio cultural material e imaterial; apoiar pesquisas e projetos de formação cultural, bem como a diversidade cultural; apoiar e patrocinar a preservação e a expansão dos espaços de circulação da produção cultural. A seleção dos projetos de produção cultural será feita por comissões julgadoras em cada área.

 [www.cultura.sp.gov.br](http://www.cultura.sp.gov.br)



Fontes: **Maria Helena Gabarra Osório e Tatiana Magosso Evangelista.**  
Advogadas do escritório M. Biasioli Advogados Associados.



RICARDO STUCKERT/FP

## Exploração de florestas públicas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 2 de março o Projeto de Lei nº 4.776/05, que permite a exploração de florestas públicas por empresas privadas, sem que o Estado perca a posse sobre a área. A nova lei é considerada um dos marcos regulativos mais importante da última década e foi comemorada tanto pelo governo, como por representantes de ONGs e movimentos sociais.

O presidente Lula e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, conversam durante cerimônia de sanção do Projeto de Lei, no Palácio do Planalto

## Fórum discute futuro do SUS

Nos dias 13 e 14 de março, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o jornal O Globo realizaram o Fórum Saúde e Democracia: uma visão de futuro para o Brasil, no Rio de Janeiro. O evento discutiu o futuro do Sistema Único de Saúde (SUS), abordando temas como universalidade e integralidade; incorporação tecnológica; pacto federativo; gestão e financiamento; e controle social.

 [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

## Cidadania para a juventude

A Secretaria de Participação e Parceria da prefeitura de São Paulo, por meio da Coordenadoria da Juventude, inaugurou no dia 27 de março o Centro de Cidadania da Juventude da Vila Brasilândia, na zona norte da cidade. Iniciativa inédita na América Latina, o centro pretende ser um espaço para os jovens se reunirem e desenvolverem projetos do seu interesse.

 [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br)

## Capacitação do Projeto Gerar

No mês de março, duas cidades do Ceará receberam as oficinas de capacitação dos coordenadores do Projeto Gerar / MDS, uma parceria entre o MDS e a ONG Gerar. Entre 14 e 16, o projeto esteve em Juazeiro do Norte e, nos dias 21, 22 e 23, em Sobral. O principal objetivo é incentivar a geração de trabalho e renda em comunidades carentes, especialmente aquelas beneficiadas por programas do MDS.

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Cooperação contra a pobreza

O ministro do MDS, Patrus Ananias, e o diretor-executivo do programa social peruano Juntos, Alejandro Jiménez Morales, assinaram no dia 8 de março uma declaração conjunta que estabelece as bases de cooperação entre os dois países no combate à fome e à pobreza.

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



WILSON DIAS/ABR

O ministro Patrus Ananias



VALTER CAMPANATO/ABR

## Assuntos da terra em destaque

Foi realizada entre os dias 6 e 10 de março a 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, coordenada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Com o slogan Novos desafios e opções para revitalizar comunidades rurais e territórios, o encontro aconteceu na PUC de Porto Alegre/RS e teve a participação de representantes de 188 países.

 [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, concede entrevista ao término da conferência

# Política nacional de assistência social

Conselheiros, gestores, representantes de entidades e cidadãos participaram entre 20 e 22 de março, em Belém/PA, da Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que teve como objetivo ampliar o debate sobre a Política Nacional de Assistência Social. No encontro, o CNAS fez um balanço de 2004/2005 e apresentou as deliberações da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, o Plano Decenal e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH).

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Evento discute direito dos idosos

Nos dias 23 e 24 de março, aconteceu em Manaus/AM a 1ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, encontro que discutiu a criação de uma rede de proteção e defesa da população da terceira idade. O evento, realizado pelo Conselho Estadual do Idoso (Ceima) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), contou com a participação de 450 pessoas e a representatividade de 130 municípios maranhenses.

 [www.sedes.ma.gov.br](http://www.sedes.ma.gov.br)

## Implantação de centros de referência

Com o objetivo de auxiliar gestores estaduais e municipais na implantação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), o MDS lançou um Guia de Orientações *on-line*. O documento contém informações sobre organização, gestão, co-financiamento do MDS, serviços e instalações físicas, formação e capacitação das equipes e monitoramento dos processos de trabalho.

 [www.mds.gov.br/ascom/creas/guia\\_creas.pdf](http://www.mds.gov.br/ascom/creas/guia_creas.pdf)

## Agenda comum em prol de crianças e adolescentes

Reunidos no dia 5 de abril na sede do Conselho Nacional de Assistência Social, em Brasília, conselheiros nacionais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e Adolescente decidiram manter uma agenda comum para fortalecer os vínculos familiares e criar condições para evitar a ida ou a permanência de meninos e meninas em abrigos. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que cerca de 80% dos que se encontram abrigados não precisariam estar nesta situação.

 [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)  
 [www.mj.gov.br/sedh/conanda](http://www.mj.gov.br/sedh/conanda)

## Programa de esporte amplia atuação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz lançaram no dia 24 de março, na Vila Olímpica do Pan, no Rio de Janeiro, o Programa Segundo Tempo para 50 mil crianças e adolescentes de comunidades populares da capital carioca. Parceria entre o Ministério do Esporte e a ONG Viva Rio, o projeto visa democratizar a prática esportiva, combater a evasão escolar, o trabalho e a violência infantil.

 [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)



Presidente Lula exhibe camiseta do Programa Segundo Tempo. À sua esquerda, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, e à direita, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman

## Distribuição de renda ainda é lenta

O estudo Aspectos Complementares à Educação e Acesso às Transferências de Renda de Programas Sociais, feito com base em dados da Pesquisa Nacional de Análise por Domicílio (Pnad) 2004, alerta que pelo menos 57% dos domicílios brasileiros com renda *per capita* de até meio salário mínimo (R\$ 150) não são atendidos por nenhum programa de transferência de renda. O trabalho, divulgado no dia 22 de março pelo IBGE, mostra também que 53% das famílias com renda *per capita* de até um quarto de salário mínimo (R\$ 75) têm pelo menos um morador que recebe algum tipo de auxílio financeiro do governo.

 [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

## Financiamento do Suas

A ministra em exercício do MDS, Márcia Lopes, e o governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, participaram no dia 28 de março do Seminário sobre Financiamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em Campo Grande. No encontro eles assinaram termos de cooperação junto a prefeituras e entidades para viabilizar, dentre outros projetos, a construção de 12 Centros de Referência da Assistência Social (Cras).

Márcia Lopes, secretária-executiva e ministra em exercício do MDS durante o evento



# Seminário define novos rumos da filantropia no Brasil

*Um dos caminhos apontados para driblar a crise no setor é a formação de uma grande aliança nacional para sensibilizar os poderes público e privado*

MICHELLA GUIJT

O Hospital Sírio Libanês, na capital paulista, foi palco do Seminário Rumos da Filantropia. O evento, realizado no dia 5 de abril pela Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), em parceria com a Federação da Associação Cristã de Moços (ACM), reuniu 350 representantes de 250 entidades beneficentes do país.

A falta de apoio do poder público foi consenso geral. Os palestrantes apresentaram análises e fatos que corroboram a carência de amparo no setor. “Desde 1543, com a fundação da primeira Santa Casa no Brasil, o setor beneficente vem cumprindo parte do papel do Estado. Hoje, oferecemos a maior rede hospitalar, com 1/3 dos leitos do país. Precisamos de apoio para superar essa crise”, ressaltou Antônio Brito, presidente da CMB.

Segundo levantamento da confederação, a dívida dos hospitais filantrópicos ultrapassa R\$ 1,8 bilhões. O mesmo estudo aponta como fatores para a crise a defasagem na tabela SUS, o atraso nos pagamentos e tetos financeiros insuficientes.

## Rumos

O seminário assinala como principal saída para crise a formação de uma grande aliança. “Já estamos trabalhando nisso. Continuaremos a buscar apoio das

entidades religiosas, educacionais e assistenciais”, revelou o presidente da CMB.

A formação de um partido político também foi citada. A sugestão partiu do membro do Conselho Científico da Comissão do Direito de Terceiro Setor da OAB/SP, Marcos Biasioli, um dos palestrantes do evento. “Só por meio da coesão poderemos agir de forma ordenada.”

Antônio Brito ainda destacou a interlocução com os conselhos de assistência social das esferas federal, estadual e municipal: “Temos de participar ativamente desses órgãos que fixam as normas de concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social (Ceas)”.

O Poder Judiciário foi o tema da palestra do especialista em direito filantrópico e assistencial, Sérgio Roberto Monello. Segundo ele, as entidades “devem buscar a garantia para manutenção e aquisição dos seus direitos adquiridos”.

## Reflexo negativo

O Poder Judiciário também foi destaque na palestra do professor de legislação tributária e direito do Terceiro Setor da FGV/SP, Roberto Quiroga Mosquera. De acordo com ele, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, o setor é relacionado à renúncia fiscal. “Como reflexo, cerca de 80% das discussões no Judiciário de São Paulo resultaram em indeferimentos para as filantrópicas. No Superior Tribunal de Justiça, mais de 60% dos casos tiveram o mesmo fim”, alertou.

## Críticas

O especialista em direito tributário e presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo, José Reinaldo Nogueira de Oliveira Jr., fez uma análise crítica da atual estrutura legal para concessão dos títulos de filantropia. Segundo ele, “existe a necessidade de adaptação das regras de titulação porque as entidades beneficentes estão em constante evolução”.

O seminário foi encerrado com a palestra do advogado José Roberto Covac, que fez uma ampla abordagem da educação e da saúde como atividades de assistência social. Como exemplo, citou o Programa Educação Para Todos, do governo federal. Covac fez duras críticas à iniciativa que, para ele, gerou uma “insegurança jurídica por criar regras diferentes para quem optou pela não-adesão”.

## Parcerias

A necessidade da união com os poderes público e privado também foi tema do seminário. O evento teve a participação dos secretários municipais de São Paulo das pastas da Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social, Maria Cristina Cury e Floriano Pesaro, respectivamente. Ambos expuseram programas adotados na capital paulista, cuja parceria com o setor filantrópico é destaque.

**“Temos de participar ativamente desses órgãos que fixam as normas de concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social (Ceas)”**

O presidente da CMB, Antônio Brito, foi um dos palestrantes do seminário



# Voluntariado: aceita-se doação de talento

*Exército de 42 milhões de brasileiros desenvolve ou já desenvolveu alguma ação voluntária, segundo última pesquisa da ONU divulgada em 2003*

RIGERIA SALADO

Pessoa que se dedica a um trabalho sem vínculo empregatício, prestando ajuda quando necessário. É espontâneo, age pela própria vontade, sozinho ou em grupo, e ingressa livremente em uma atividade lutando pelas suas idéias ou crenças. Essas são algumas definições encontradas no Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss para a palavra **voluntário**, do latim *voluntarius*: que age por vontade própria.

A partir de 2001, instituído pela ONU como o Ano Internacional do Voluntariado, o conceito de voluntariado vem conquistando novos aliados a cada dia, sobretudo nas nações

empenhadas na melhoria do desenvolvimento social mundial. Naquele ano, 123 países participaram da Conferência Mundial, em Genebra, na Suíça, na qual foram apresentadas propostas de diversos programas solidários.

Com ampla atuação, muitos foram criados especialmente para solucionar os problemas que mais ameaçam a qualidade de vida da sociedade, baseados em discussões, fóruns e debates realizados em 2000 em todo o mundo. No Brasil, o programa lançado pela ONU ficou conhecido como Objetivos do Milênio – 8 Jeitos de Mudar o Mundo, que tem como premissas os seguintes temas:



1. Acabar com a fome e a miséria.
2. Educação básica de qualidade para todos.
3. Igualdade entre sexos e valorização da mulher.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde das gestantes.
6. Combater a Aids, a malária e outras doenças.
7. Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
8. Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Desde então, cresce o número de movimentos e organizações sociais, governos criam mais e mais programas para atender às necessidades das comunidades, empresas lançam novos projetos de responsabilidade social e a sociedade em geral mostra-se engajada em todas estas atividades.

Quando se pensa em ação social, o Brasil oferece opções para todos os gostos e vontades, já que dados do IBGE mostram que há mais de 276 mil associações sem fins lucrativos e fundações privadas em atuação no país. Outra estimativa revela que 83 milhões de brasileiros querem doar seu tempo e talento trabalhando pelo bem em projetos de voluntariado. E será que é tão difícil assim?

### Mãos à obra

É com muita boa vontade, usando um avental rosa e cumprimentando a todos com beijos, abraços e uma palavra de carinho que Maria Josepha Fuentes Ferrari, de 83 anos, inicia diariamente há 40 anos as suas atividades voluntárias no Lar Escola São Francisco (LESF), em São Paulo. Ela ajuda nos bazares, na costura, no trato com as crianças e até nas áreas de administração e marketing.

“Para ser voluntário tem que se doar de corpo e coração. Eu me sinto bem em fazer. Se não venho, me sinto mal”, diz dona Josepha, como é conhecida por todos. Ela sabe de cor a história dos 63 anos da entidade, especializada na reabilitação de deficientes físicos. Jakeline Dominici, coordenadora de marketing do LESF, lembra que Josepha é a voluntária mais antiga da casa. “Ela é um ícone. Todos a reconhecem por seu carisma, assiduidade, carinho e amor pelo Lar Escola”, conta.

Além de ajudar outras pessoas do mesmo bairro ou comunidade, os voluntários podem desenvolver atividades com alcance maior, como pensa Maria Aíres Rabelo de Almeida, psicóloga voluntária da ONG Gotas de Flor com Amor: “Como cidadãos, podemos contribuir para um mundo mais feliz por meio da cooperação. Não se pode só esperar que alguns façam, mas, sim, que a gente também faça para melhorar a nossa cidade, país e planeta. É como uma cadeia, em que você traz mais e mais pessoas para a atividade voluntária”.

Magda de Jesus, coordenadora geral de voluntariado da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), acredita na importância da realização do trabalho voluntário, seja ele qual for: “Tanto faz se a pessoa cuida da pracinha ao lado da casa dela, ou se trabalha em uma grande entidade. O valor é o mesmo. Desde que realizem um trabalho sério, todos os voluntários são iguais”.

Independentemente de ideal religioso, grau de instrução, raça, condição financeira, sexo ou idade, todas as pessoas podem participar de alguma atividade voluntária. Basta encontrar uma oportunidade. “Não precisa ter um super poder, uma super capacidade para ser voluntário. É uma coisa simples. Sou uma pessoa comum”, explica Vanessa Stecchini, que há seis anos ingressou como madrinha de uma criança na Gotas de Flor com Amor e hoje colabora na comunicação da entidade.

### Compromisso com a ação

Tempo. Será esse o X da questão? Muitos acreditam que como voluntários não poderão conciliar as atividades diárias com mais uma tarefa. Desdobram-se em diferentes facetas para incorporar, nos horários determinados, os diversos personagens que representam no dia-a-dia como pai, filha, amigo, funcionário, avô, esposa, estudante etc.

No entanto, o quesito tempo não é fator determinante para se excluir uma pessoa da prática voluntária. Rita Helena dos Santos, coordenadora de responsabilidade social da Goodyear do Brasil e palestrante voluntária do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP), acredita que “o importante não é a quantidade, mas a qualidade do trabalho voluntário”. Segundo ela, “o oceano é feito de milhares de gotas. O importante é focar no que se pode fazer. Não importa o que o outro faz ou não”.

Para Maria Lúcia Meirelles Reis, diretora-executiva do Instituto Faça Parte e do CVSP, sempre há uma maneira de praticar o voluntariado. “Normalmente, as pessoas trabalham em suas profissões durante a semana e acreditam que não têm tempo. Mas há muitas opções de atuação. Elas podem desenvolver projetos individuais, em grupos comunitários ou até mesmo em organizações sociais”, diz.

Andréa Martini Pineda, voluntária do CVSP, ressalta animada que escolher um trabalho voluntário é uma oportunidade única: “Você escolhe onde trabalhar, com quem trabalhar, que dia e a que hora. É muito legal”.

Todas essas escolhas, porém, reforçam a importância da atividade e do compromisso que o voluntário passa a ter com a entidade.

Da esquerda para a direita: Andréa Pineda, assessora de comunicação do Faça Parte; Eliane Lemos, coordenadora de capacitação do CVSP; Maria Lúcia Meirelles Reis, diretora-executiva do Faça Parte e do CVSP; Marcelo Vaz, assessor de comunicação do Faça Parte; e Sílvia Maria Louzã Naccache, coordenadora da área de organizações sociais do CVSP



RIBERIA SALADO

de escolhida, como confirma José Carmelo Fornelli, que frequenta espontaneamente a ONG Projeto de Incentivo à Vida (Pivi) há seis anos. “Costumo dizer que visita é uma coisa; voluntariado é outra. O voluntário é aquele que está presente com frequência na entidade”, explica.

### Como tudo começou?

Em 1985, A ONU decretou 5 de dezembro como o Dia Internacional do Voluntário, celebrado em todo o mundo. Mas a atividade teve início séculos antes. Estudiosos costumam caracterizar o voluntariado como um fenômeno tipicamente norte-americano bastante relacionado à formação histórica dos povos locais.

Durante o período de colonização, os Estados Unidos receberam em alguns de seus territórios hordas de perseguidos interessados em se estabelecerem no Novo Mundo e que, a partir de então, desenvolveram relações de cooperação mútua entre si para garantir a sobrevivência das comunidades e a defesa dos interesses públicos.

Com o passar das décadas, as idéias foram se propagando, tanto que hoje as mais diferentes etnias se preocupam em defender seus direitos e deveres por meio de ações solidárias em todo o globo. É o caso, por exemplo, das entidades internacionais Médicos Sem Fronteiras, Unesco, Cruz Vermelha e Unicef.

Para Mônica Beatriz Galiano e Barnabé Medeiros Filho, autores do livro *Voluntariado na Empresa-Gestão Eficiente da Participação Cidadã*, a história do voluntariado no Brasil esteve bastante ligada a três vertentes: a compaixão, a solidariedade e a indignação.

Como parte da herança portuguesa, as Santas Casas de Misericórdia, ligadas ao catolicismo, chegaram ao país no século 16 e difundiram o voluntariado movido pela compaixão. Em 1543, foi fundado na vila de Santos o primeiro núcleo de trabalho voluntário nacional na Santa Casa local.

Além do catolicismo, o povo brasileiro também é conhecido por seguir diversas outras filosofias religiosas, e com isto se mostra aberto à prática do voluntariado solidário, que tem como base a união de um grupo para se auto-ajudar. Essa atitude é muito notada nas ações comunitárias em prol de famílias prejudicadas por incêndios, enchentes, pela seca ou qualquer outro fator.

No entanto, a visão assistencialista está dando lugar às ações de transformação social, devido à fusão da indignação dos voluntários frente a determinados problemas existentes

na sociedade contemporânea. É a promoção da cidadania. Para Maria Lúcia Meirelles, “o conceito de voluntário está mudando com o tempo. O novo voluntário precisa ter um olhar mais crítico e um espírito empreendedor”.

Esse novo modelo de voluntariado teve início nos anos de 1990 com a criação de inúmeras organizações sociais. Maria Lúcia conta que em 1996, uma pesquisa da Abrinq apontou que um grande número de pessoas queria ser voluntária e não sabia como. “Então, o programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, presidido por Ruth Cardoso, fez a ponte entre as pessoas interessadas e as entidades que precisavam de ajuda. A meta era criar 10 centros de voluntariado pelo país em três anos. Foram 10 em apenas um. São Paulo foi um dos primeiros, em 1997.”

### Como participar?

Além das ações individuais, os interessados em integrar o mutirão do bem podem buscar informações e orientações em um dos 60 centros de voluntariado que existem por todo o território nacional. Destes, 33 se concentram no Estado de São Paulo e apenas Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Sergipe e Paraná ainda não os possuem. Na página do CVSP há informações detalhadas de todas as centrais de voluntariado do país divididas por estado e com endereço, telefone e site próprio.

Em contato com os postos especializados, os interessados têm acesso a cursos de capacitação e gestão de programas de voluntariado, listas de entidades sociais cadastradas separadas por regiões e áreas de atuação, classificados do setor, legislação etc.

Segundo Sílvia Maria Louzã Naccache, coordenadora da área de organizações sociais do CVSP, “pessoas que querem ser voluntárias assistem a uma palestra, organizações sociais passam por uma oficina de orientação e as empresas passam pela reunião de voluntariado empresarial. Depois, o público que acaba recebendo mais a nossa atenção é formado pelas organizações sócias que participam de um curso para aprender a fazer a gestão do programa, a gerenciar os voluntários”.

Para muitas organizações sociais, é difícil a manutenção e a ampliação do quadro de colaboradores. É o caso da ONG Pivi, que soma 14 anos de existência e atende 98 crianças e jovens de zero a 18 anos que moram na instituição. São 14 voluntários, responsáveis por projetos nas áreas de cultura e inclusão social. Porém, ainda há muita dificuldade para colocá-los em prática. “Quem

### Direitos

- Escolher um trabalho voluntário que lhe traga satisfação.
- Sentir que está fazendo a diferença.
- Ver seu trabalho reconhecido.
- Executar tarefas adequadas a sua capacidade.
- Conhecer a organização ou o projeto em que vai atuar.
- Ter conhecimento dos seus resultados.

### Responsabilidades

- Escolher um trabalho voluntário de acordo com seus valores e disponibilidade.
- Identificar-se com a missão, metas e atividades desenvolvidas.
- Cooperar com a equipe.
- Participar de programas de capacitação e treinamento.

Crianças do Pivi usam o computador do voluntário José Carmelo Fornelli



RIBERIA BALADO

**Quanto mais voluntários, melhor. Só que todos têm de trabalhar em conjunto; o tripé: voluntários, profissionais e pacientes/clientes é fundamental. É o alicerce de tudo**

*Magda de Jesus*

sabe não estejamos preparados. A falta de recurso ou a falta de conhecimento podem atrapalhar. Talvez as pessoas não saibam o que é ser voluntário”, diz Rosa Aparecida de Jesus, fundadora da entidade.

Para Eliane Lemos, coordenadora de capacitação do CVSP, o curso de gestão do programa de voluntariado oferecido pelo centro é muito importante. “Falamos sobre as etapas de gerenciamento do ciclo (admissão, incorporação, manutenção e desligamento), e são discutidas as formas de recrutamento, seleção, orientação, treinamento, a importância da equipe, formas de supervisão, avaliação, valorização e reconhecimento do voluntário.”

O curso também aborda a fidelização do voluntariado, que precisa ter o seu trabalho reconhecido e valorizado. Para que isso aconteça, é importante que todos saibam os direitos e responsabilidades do voluntário.

Quando as responsabilidades e os direitos dos trabalhadores voluntários são respeitados e as entidades sociais criam programas bem estruturados e administrados, o resultado é a obtenção de cada vez mais parceiros e a ampliação dos recursos humanos que, no caso, são representados pelo próprio corpo de voluntariado. “Você faz para a associação e para você também. Não sei quem ganha mais com isso. Acho que é o voluntário”, diz Nizia Aparecida Cera, voluntária da AACD há 36 anos.

Contando hoje com uma equipe de 1.700 voluntários, que atuam nas sete unidades da instituição espalhadas pelo Brasil, a AACD é referência internacional. “O nosso modelo de voluntariado já está se multiplicando em outros países. Foi divulgado para Chile, México, Paraguai e Uruguai”, conta Magda de Jesus, coordenadora-geral de voluntariado. Para ela, “o voluntariado dá credibilidade para a entidade. Quanto mais voluntários, melhor. Só que todos têm de trabalhar em conjunto; o tripé: voluntários, profissionais e pacientes/clientes é fundamental. É o alicerce de tudo”.

Outro exemplo de sucesso é o desenvolvido pela Gotas de Flor com Amor, na Zona Sul de São Paulo. São 140 voluntários que atendem 250 crianças e jovens de 5 a 18 anos, mais 100 familiares aos finais de semana e ainda 160 pessoas da comunidade com cursos de informática, cidadania, inglês, espanhol e alfabetização de adultos à noite.

Apesar da necessidade de ter mais voluntários, como qualquer outra entidade, Denise Robles, presidente da Gotas, dá a

sua receita de programa organizado. “Atuar com voluntariado é desenvolver parcerias. Devemos ser flexíveis e construir em conjunto os caminhos do voluntariado de forma bastante profissional. É fundamental que a pessoa tenha o perfil para a ação voluntária, pois não adianta fazer algo para o qual não se está preparado ou não se sinta em condições de realizar. Já para a manutenção do voluntariado, procuramos recebê-los bem, com carinho, oferecendo qualidade e espaço adequado para a realização do trabalho.”

### **Seguindo a lei**

Muitos ainda não a conhecem, mas a Lei do Voluntariado existe no Brasil desde 18 de fevereiro de 1998, quando foi sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Lei nº 9.608/98 caracteriza como trabalho voluntário a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidades públicas de qualquer natureza, ou a instituições privadas sem fins lucrativos que tenham objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

Vale destacar que não há vínculo empregatício, obrigações trabalhistas, nem previdenciárias entre nenhuma das partes envolvidas. A lei prevê que “é obrigatória a assinatura do termo de adesão ao trabalho voluntário, no qual constem as atividades desenvolvidas, as condições de realização das mesmas e se haverá reembolso de despesas por ações voluntárias prestadas ou não. Para evitar problemas, o voluntário nunca deve trabalhar na mesma empresa em que é funcionário”, enfatiza Maria Lúcia Meirelles.

### **Grandes atitudes de pequenos cidadãos**

Quem pensa que atividade voluntária é coisa de adulto está totalmente enganado. No Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba (PR), crianças e adolescentes provenientes de escolas públicas e particulares desenvolvem atividades solidárias com pacientes mirins nos ambulatórios.

Para os voluntários de 5 a 12 anos são agendadas visitas de apresentação do hospital, já os acima desta faixa etária podem participar de atividades lúdicas, leitura e entretenimento com os pacientes, respeitando uma frequência quinzenal. Seis mil crianças já foram beneficiadas pelo programa Jovem Abraça Criança desde a sua criação, em 2001. Cerca

### **NOTÍCIA DE ÚLTIMA HORA**

A partir da próxima edição o Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) e o Faça Parte serão parceiros da **Revista Filantropia** e passarão a produzir conteúdo exclusivo para a seção Voluntariado.

de 300 alunos participaram como voluntários, sempre com a presença de uma coordenadora do colégio envolvido e sob a orientação e supervisão do hospital.

“A importância está no que a experiência pode acrescentar para a vida da criança, ao colocar o seu lado solidário a serviço do outro. Sem dúvida, ser afetado por esse sentimento desde pequeno tende a gerar transformações sociais fundamentais”, explica Rita de Cássia Cersósimo Lous, chefe da área de voluntariado do hospital.

O programa Escola Solidária, do Instituto Faça Parte, já certificou mais de 21 mil colégios de todo o país por suas iniciativas socioeducativas e voluntárias. Uma delas acontece no Colégio Estadual Maria José Aragão, em São Luís do Maranhão, onde os alunos estão reduzindo os índices de violência e evasão escolar através do Projeto Gamar – Grupo de Arte Maria Aragão. Dez estudantes locais atuam como multiplicadores em suas comunidades, com atividades de leitura, reforço escolar, arte, aulas de teatro e montagem de peças com crianças e jovens.

DIVULGAÇÃO



Alunos do Colégio Integral promovem festa junina para crianças internadas no Hospital Pequeno Príncipe

## Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo • SP • Brasil  
Fone: +55 11 5081-9800 / Fax +55 11 5081-9804 • [www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br) • [comercial.sp@asplan.com.br](mailto:comercial.sp@asplan.com.br)

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • Instituto HP • Fundação Diaconia

## Dicas para captar e fidelizar de voluntários

- Criar um projeto profissional de voluntariado com metas e indicadores de resultados.
- Ter uma visão empreendedora.
- Incentivar o comprometimento, a motivação e a integração entre as equipes.
- Desenvolver parcerias.
- Criar um programa de voluntariado organizado e planejado com a presença de um coordenador.
- Orientar o voluntário para que não busque trabalho assalariado na entidade.
- Enfatizar a importância do compromisso do voluntário com a entidade.
- Fazer reuniões e promover encontros e festas de confraternização para valorizar o trabalho dos voluntários.
- Procurar entidades maiores que já têm trabalhos voluntários estruturados.
- Fazer cursos de capacitação nos Centros de Voluntariado.
- Divulgar vagas junto a empresas parceiras, outras entidades e comunidade.
- Apresentar ao voluntário a história, a filosofia e os valores da entidade.
- Indicar trabalhos próprios para o perfil e disponibilidade do voluntário.
- Divulgar os resultados das ações para os voluntários.



A voluntária Vanessa brinca com crianças na Gotas de Flor com Amor

CARLOS CAVALGANTI FILHO

## Empresas também contribuem

Com o senso de responsabilidade social cada vez maior, muitas empresas também estão desenvolvendo ações solidárias que incentivam e apoiam o envolvimento de seus profissionais em atividades na comunidade.

Funcionários da fábrica de São Paulo da Goodyear do Brasil participam do programa Diga não às Drogas, ministrando palestras e dando depoimento em escolas, albergues, igrejas e comunidades de bairro sobre dependência química. “Eu me sinto um mensageiro de Deus, levando informações que eu não tive”, afirma Manoel Barbosa, um dos voluntários. Em um ano e três meses de atividade, o programa já atendeu mais de 15 mil pessoas e tem como meta ultrapassar 22 mil neste ano.

“O mais legal de tudo isso é que o projeto partiu dos próprios funcionários. Eles foram ajudados pela empresa, começaram a ouvir coisas sobre responsabilidade social

e resolveram criar o programa. Além disso, são agentes multiplicadores aqui dentro também”, diz Rosana Lino, consultora de recursos humanos da empresa.

Pelo programa On Demand Community, a IBM também incentiva os seus funcionários na ativa e aposentados a desenvolverem atividades voluntárias em todo o mundo. No Brasil, 40 horas de trabalhos solidários são exigidas pela empresa durante o semestre para que, ao final, o voluntário possa doar equipamentos ou uma quantia em dinheiro para a entidade que ajuda.

Sueli Del Poso, aposentada, atua na Associação Carpe Diem desenvolvendo soluções para a informatização da entidade. Já Ana Contreras, funcionária, é voluntária da organização Viva e Deixe Viver no Hospital Rede Focus. “Aprendi que voluntário deve ter os três “C”: constância, consciência e comprometimento”, conta. 

## Links

-  [www.objetivosdomilenio.org.br](http://www.objetivosdomilenio.org.br)
-  [www.facaparte.org.br](http://www.facaparte.org.br)
-  [www.portaldovoluntario.org.br](http://www.portaldovoluntario.org.br)
-  [www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)
-  [www.voluntarios.com.br](http://www.voluntarios.com.br)
-  [www.aacd.org.br](http://www.aacd.org.br)
-  [www.gotasdeflor.org.br](http://www.gotasdeflor.org.br)
-  [www.pivi.com.br](http://www.pivi.com.br)
-  [www.carpediem.com.br](http://www.carpediem.com.br)
-  [www.lesf.org.br](http://www.lesf.org.br)
-  [www.hipp.com.br](http://www.hipp.com.br)
-  [www.vivaedeixeviver.org.br](http://www.vivaedeixeviver.org.br)
-  [www.goodyear.com.br](http://www.goodyear.com.br)
-  [www.ibm.com.br](http://www.ibm.com.br)



DIVULGAÇÃO

# Reponsabilidade social nas micro empresas

*Apesar da falta de recursos, simples atitudes são suficientes para a construção de um mundo melhor*

Todos sabem da importância da responsabilidade social, mas ao se observar as micro e pequenas empresas, que lutam com dificuldades para manter seu negócio em funcionamento, uma questão fica no ar. Com tantas contas a pagar e impostos, será que elas conseguem ter uma política de gestão socialmente responsável?

A atitude é ainda mais cobrada nos dias atuais, por causa da globalização. As grandes empresas, principalmente as exportadoras, são influenciadas internacionalmente a cumprir um papel social. Conseqüentemente, acabam pressionando seus fornecedores, inclusive os de menor porte, a também cumprirem sua parte. Ainda há a mídia, que está fortemente empenhada na questão da responsabilidade social. Nessas circunstâncias, o micro ou pequeno empresário se pergunta se a sua companhia pode ajudar a construir uma sociedade melhor.

A resposta é sim. Todos têm como contribuir, sem que isso signifique desembolsar algum dinheiro. Uma empresa, por menor que seja, não está só. Ela afeta ou é afetada por diversos públicos com os quais se relaciona, tais como funcionários, clientes, fornecedores, a comunidade que está em torno da empresa etc. É justamente nas ações em que a empresa interage com esse público que o empresário poderá contribuir para um mundo melhor, mais justo e menos desigual.

O simples fato de o microempresário ter a preocupação de selecionar fornecedores – em termos de ética e valores – que cumpram sua obrigação com o social e meio ambiente, já força que esses mesmos fornecedores adotem uma política de responsabilidade social. Ser um consumidor consciente é um grande passo nesse sentido e não custa nem um centavo ao microempresário. Procurar promover o bem-estar pessoal e o desenvolvimento profissional

dos seus funcionários, além de ser uma boa prática, cria um ambiente de trabalho mais agradável e torna os colaboradores mais motivados, promovendo, conseqüentemente, o progresso da empresa.

Ser ético com seus clientes, atendendo-os nas suas necessidades e ouvindo suas sugestões, também pode ter reflexos. Além de criar clientes fiéis, a empresa colabora com a satisfação dos consumidores. Se o empresário adquirir produtos reciclados, que tenham o chamado “selo verde” ou, ainda, se reciclar seu lixo, economizar água e energia elétrica, ele estará colaborando enormemente com o meio ambiente.

O fato de não dispor de recursos financeiros não quer dizer que a micro ou pequena empresa não tenha como ajudar sua comunidade. Se o empresário não dispõe de dinheiro para colaborar, mas tem algum tempo, inteligência, conhecimento e experiência, com certeza será de grande ajuda. Basta visitar escolas públicas, associações, instituições filantrópicas e ONGs da comunidade em que está inserido e tornar-se voluntário, começando pelo próprio bairro.

Porém, para se considerar uma empresa com responsabilidade social, todas as atitudes não devem ser esporádicas, mas contínuas e abrangentes, sempre norteadas pelo princípio da ética e da transparência.

O microempresário pode até achar que mesmo fazendo tudo isso não vai mudar nem o Brasil, muito menos o mundo. Contudo, ele deve se lembrar da parábola do beija-flor, contado por Betinho (Hebert Souza). “Durante um incêndio na floresta, o pássaro tentava apagar o fogo levando água no seu bico. O importante para o beija-flor é que ele estava fazendo a sua parte.” Ou seja, cada um pode fazer a diferença. 

**SÉRGIO CONTENTE**

sergiocontente@contmatic.com.br



**Se o empresário não dispõe de dinheiro para colaborar, mas tem algum tempo, inteligência, conhecimento e experiência, com certeza será de grande ajuda**

**Sérgio Contente.** Presidente da Contmatic Phoenix Sistemas Administrativos Integrados, empresa fundadora da ONG Instituto de Desenvolvimento Profissional Amigos Contabilistas, Empresários, Profissionais Liberais e de Informática (Idepac).

CIDADANIA

# Protagonismo como antítese da mediocridade

*Jovens engajados desenvolvem ações sociais, promovem formação e divulgam informação para milhares de crianças e adolescentes do Ceará*

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.com.br

Atividades lúdicas realizadas para jovens atendidos pela entidade



Vamos tratar de protagonismo social juvenil? Há tempos esta coluna deseja apresentar um texto que tivesse em sua espinha dorsal a contribuição que os jovens brasileiros vêm entregando às suas comunidades. Existem provas incontestes desses movimentos, espalhados pelos quatro cantos do continente apelidado de país que é o Brasil.

Antes de mais nada, cabe salientar que é impossível fechar os olhos para a mediocridade de uma grande parcela de adolescentes e quase-adultos, especialmente no que diz respeito à consciência e ativismo políticos. Sem cair na armadilha leviana de comparações infundadas, um simples lance de olhar para a França nos faz compreender o que um grupo de jovens engajados em torno de um tema pode fazer.

Novamente, não se trata de questão de mérito, nem sobre a positividade ou negatividade das ações por lá empreendidas, tampouco sobre a pertinência de usá-los como moldes. A citação é apenas uma provocação, uma reflexão, um convite a todos que têm interesse na construção de um país menos debochado.

Mas afinal, o que é protagonismo social juvenil? Uma consulta traz a seguinte definição: é um tipo de intervenção no contexto social para responder a problemas reais no qual o jovem é sempre o ator principal. É uma forma superior de educação para a cidadania não pelo discurso das palavras, mas pelo curso dos acontecimentos. É passar a mensagem da cidadania criando acontecimentos, em que o jovem ocupa uma posição de centralidade.

Acrescentando um pouco de tempero na receita, protagonista é o jovem que desperta e participa como ator principal em ações que não dizem respeito somente à sua vida privada, familiar e afetiva, mas a problemas

relativos ao bem comum, em diversos locais, desde a escola, comunidade ou sociedade, em termos mais amplos.

Outro aspecto é a concepção do jovem como fonte de iniciativa, que é ação; como fonte de liberdade, que é opção; e como fonte de compromissos, que é responsabilidade. O conceito demanda que o jovem participe do planejamento da ação, execução, avaliação e apropriação dos resultados.

O desejo de apresentar informações sobre a atuação dos jovens nas comunidades motivou uma pesquisa, que resultou na descoberta de um projeto original e genuinamente ligado ao protagonismo social juvenil. Trata-se do Instituto de Juventude Contemporânea (IJC), que desde 1999, em caráter pioneiro, transforma a vontade de jovens oriundos de diversas pastorais populares em ação direta junto à juventude cearense.

“O movimento começou em Fortaleza, e, a partir de 2001, se estendeu para todo o Estado do Ceará, com a formação da Rede de Jovens no Ceará. A rede uniu o Instituto de Juventude Contemporânea à Pastoral da Juventude e à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece), que perceberam a capacidade de intervenção social da juventude e a necessidade do trabalho em conjunto entre organizações e entidades”, conta Fábio Mendes, coordenador de gestão do IJC.

A atuação em rede vem possibilitando um salto de quantidade e qualidade nos projetos da ONG, pois existe a multiplicação de conhecimento e de iniciativas que deram certo, que podem ser aplicadas em localidades distintas de onde foram concebidas. O IJC é orientado em ações alinhadas ao eixo das políticas públicas e relações de gênero pelos seguintes pro-

**A atuação em rede vem possibilitando um salto de quantidade e qualidade nos projetos do ICJ, pois existe a multiplicação de conhecimento e de iniciativas que deram certo**



Jovem participa de oficina artística sobre homofobia

gramas: Formação Integral para Jovens; Formação Continuada de Educadores de Jovens; Articulação em Redes; e Gestão e Desenvolvimento Institucional.

Dentre os projetos desenvolvidos, o Sexo Seguro, tá ligado(a)?! chama a atenção pela pertinência e atualidade dos temas que aborda e pela linguagem que utiliza para realizar ações formativas e informativas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), HIV/Aids. O foco são adolescentes e jovens, de 13 a 26 anos, matriculados em escolas da rede pública, convidados a uma reflexão sobre a tomada de nova postura diante dos comportamentos de riscos.

Segundo Fábio Mendes, “em 2005 o projeto contou com o apoio do Ministério da Saúde e da Unesco, e após o encerramento da parceria, houve uma recomendação à prefeitura de Fortaleza. Agora, realizamos os eventos com o apoio da direção das escolas. Temos um núcleo formado por quatro jovens em cada escola, que passam por uma capacitação para depois organizar e conduzir as atividades com competência”.

No ano passado, a ação beneficiou 4.552 jovens, que participaram de grupos de estudo, rodas de conversa sobre sexo seguro, pontos de encontro e festival de artes. “E é claro, receberam preservativos e foram orientados para a sua correta utilização”, completa Fábio.

Ainda na linha da educação sexual para a prevenção de DSTs/Aids, planejamento familiar, métodos contraceptivos e temas relacionados, o IJC lançou este ano mais duas iniciativas. O primeiro é Diálogos Abertos, que atualmente atende 45 jovens da periferia de Fortaleza – vindos de diversos movimentos sociais – que se reúnem para aprender e dar sua opinião sobre opção e direitos sexuais.

“Eles estão passando por um processo de formação nos temas para depois levar a seus grupos a multiplicação de informações”, informa o coordenador. Recentemente foi realizado um seminário para trabalhar com oficinas artísticas sobre as vertentes relacionadas à opção e aos direitos sexuais, assim como os desafios ligados ao sexismo e à homofobia. “Estiveram presentes 115 jovens, que produziram obras em pintura, literatura de cordel, teatro de bonecos e colagem, tudo para dar vazão às suas opiniões sobre os temas”, relata Fábio.

O outro projeto é o Conviva, ainda em fase experimental e que vem recebendo o apoio do Unicef. Ele atua junto a jovens soropositivos com formação integral, desde a atuação como sujeitos sociais, sua relação com a sociedade e a afirmação de seus direitos.

É assim que o IJC contribui com a causa do fortalecimento da juventude brasileira, somando ações para olhar de frente e distribuir conhecimento sobre assuntos de interesse dessa parcela da população. A participação ativa de colaboradores jovens, voluntários ou não, é um terreno fértil para a construção de lideranças comunitárias, que se desenvolvem pessoal e profissionalmente ao mesmo passo em que compreendem a pertinência de também se desenvolver socialmente. Confúcio já dizia há séculos que aquele que ouve, esquece; aquele que vê, se lembra vagamente, mas aquele que faz, aprende. Sem a participação, o conhecimento é frágil!

O protagonismo social juvenil se configura como um antídoto à inércia improdutiva e retrógrada de muitos jovens espalhados pelo país. Pais, professores, líderes sociais, figuras públicas e anônimas – mas interessadas – devem conhecer as contribuições que o voluntariado e o engajamento podem trazer aos cidadãos em formação.

Recomendado a todos, especialmente aos 20% dos jovens brasileiros entre 14 e 25 anos, que recentemente responderam a uma pesquisa nacional dizendo que estão sem trabalhar ou estudar. Para não cair no lugar comum por dizer que “mente vazia é oficina do diabo”, vale alterar o ditado e enfatizar que mente vazia é oficina da mediocridade. 

## NÚMEROS DO ICJ



## Instituto Juventude Contemporânea (IJC)

Rua João Lobo Filho, 267 – Fátima  
CEP 60055-360  
Fortaleza/CE

[www.ijc.org.br](http://www.ijc.org.br)  
[contato@ijc.org.br](mailto:contato@ijc.org.br)  
(85) 3247-7089

**Felipe Mello.** Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

## EDUCAÇÃO

# Educação, cultura e saúde pintam a comunidade de azul

*Proposta de parceria sinérgica com comunidade conquista importantes resultados*

FELIPE MELLO

programa@cantocidade.com.br

**E**m 1975 uma pedagoga resolveu abrir as portas da própria casa para interagir com crianças da favela Monte Azul, localizada na zona sul da cidade de São Paulo. A idéia era realizar tardes recreativas, com a ajuda dos alunos da escola particular onde lecionava. Foi assim que Ute Craemer, a protagonista em questão, começou a construir uma ponte entre seus alunos e as crianças da favela.

A ligação levou Ute a promover reuniões com os pais dos meninos e meninas, a fim de encontrar soluções conjuntas para os problemas da comunidade. O intercâmbio com as crianças e o diálogo com os pais constituíram as bases de todo o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária Monte Azul, fundada em 1979.

As primeiras atividades foram desenvolvidas na escolinha para crianças e jovens, e também no ambulatório médico, construídos em mutirão pelos moradores. Passos iniciais em consonância com as carências sociais mais urgentes, ou seja, educação e saúde. Daí para frente, a presença da associação na favela cresceu continuamente e, a partir de 1983, se expandiu para mais duas comunidades: a favela Peinha e o bairro carente Horizonte Azul, ambos também localizados na zona sul da capital paulista.

A presença de projetos sociais nessa região da cidade começou na década de 1970, uma vez que ali se concentra uma parcela significativa de moradores da metrópole, especialmente de baixa renda. Informações obtidas junto à associação dão conta que a favela Monte Azul – onde se encontra o Centro Cultural da ONG – possui atualmente 2.000 moradores que vivem em 480 casas de alvenaria (antigos barracos de madeira), erguidas em mutirões comunitários.

A população é proveniente de estados do nordeste brasileiro, de Minas Gerais e do Paraná. Os mais jovens moradores nasceram e se criaram na própria favela, onde existe um ambiente amigável e tranquilo. Segundo Ana Maria Medeiros, coordenadora da oficina social da organização, os maiores desafios atuais são: “fazer com que a comunidade assuma a entidade como parte dela e fortalecer a nova unidade em Horizonte Azul”.

A interação com os moradores determina o surgimento de novas frentes de trabalho da Associação Monte Azul, a partir do diálogo entre as necessidades da população atendida e as possibilidades e capacidades da organização social, que tem como maior objetivo impulsionar o processo de crescimento individual e comunitário. Na opinião da coordenadora, o ponto forte da entidade está centrado na filosofia utilizada, que se fortalece continuamente, valendo-se da pedagogia Waldorf e da medicina ampliada pelos princípios da antroposofia.

Os projetos desenvolvidos pela associação estão ligados à educação, cultura, saúde, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente. Atividades educacionais são oferecidas à comunidade desde o berçário, creche e pré-escola até a complementação escolar, utilizando-se da pedagogia Waldorf para desenvolver paulatinamente a imaginação até a formação do raciocínio abstrato. “Os educadores tratam crianças e jovens como seres humanos integrais, ansiosos não só por cuidados materiais e o simples acúmulo de conhecimento, mas por uma educação que fortalece e desenvolve as capacidades inerentes a cada individualidade, para que, na idade adulta, cada um possa cumprir a

Voluntárias ajudam no embelezamento da sede



DIVULGAÇÃO

sua missão de vida com liberdade”, informa Ana Maria.

As iniciativas de educação cumprem o papel de apoio às famílias e investimento nas crianças e adolescentes, pois o atendimento diário possibilita abrigo e segurança às crianças cujas mães trabalham fora. Além disso, eles recebem alimentação balanceada, assistência médica e saúde preventiva, possibilitando aos pequenos o desenvolvimento com energia e em ambiente propício. Os maiores, ou seja, pré-adolescentes e adolescentes, desenvolvem atividades em horário complementar à escola tradicional (cultura, esportes e lazer) e têm a possibilidade de participar de oficinas de iniciação ao trabalho, tais como marcenaria, reciclagem de papel, corte e costura e panificação.

“Atualmente estamos batalhando para aumentar o espaço físico e a estrutura da organização, para que possamos dar atendimento a toda a demanda”, conta Ana Maria. A grande procura está relacionada às demais áreas de atuação da organização como, por exemplo, o Centro Cultural, que oferece programação de teatro, música, coral (adulto e infantil), oficinas de expressão e artes, festas em homenagem a culturas de diferentes povos e de comemoração a datas históricas. Ainda como contribuição cultural, a entidade abre as portas da sua biblioteca, onde os títulos estão acessíveis para empréstimos, pesquisas e reforço escolar, atendendo alunos e professores da própria associação e de escolas públicas da vizinhança.

Além de trabalhar a mente das crianças, adolescentes e demais membros da comunidade, a ONG também cuida do corpo, por intermédio da prestação de serviços médicos ambulatoriais em três localidades próximas à região. São programas de promoção à saúde e prevenção de doenças, atendimento médico (clínico geral, pediatria, ginecologia, psiquiatria), assistência psicológica

e terapêutica, assistência nutricional, pré e pós-natal, atendimento odontológico e parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, na co-gestão do Programa de Saúde da Família (PSF).

Buscando empoderar, ou seja, dar poder à comunidade, a Monte Azul oferece um programa de formação ampla para todos os colaboradores da associação e demais interessados. Trata-se da Escola Oficina Social, que procura desenvolver ainda mais a ação social, considerando a grande necessidade que há no mundo de se formar pessoas com habilidades sociais a partir do conhecimento e compreensão do ser humano como ente físico, psíquico e espiritual e em relação ao mundo.

Nas localidades atendidas, carentes de infra-estrutura e onde há grande disparidade de classes sociais, a Monte Azul ainda organiza e acompanha o desenvolvimento de assuntos de interesse da comunidade, visando principalmente a qualidade de vida. Ana Maria apresenta os resultados dos projetos sociais, relatando que “anualmente a organização atende em média 6.000 pessoas nas áreas de saúde, educação e cultura. Mensalmente são atendidas 1.100 alunos de 0 a 18 anos na área da educação, e pelo menos 20 mil pessoas frequentam o centro cultural durante o ano todo. Já nos cursos são atendidas 600 pessoas e no núcleo de saúde 4 mil pessoas por mês.”

A relação entre a comunidade Monte Azul e a Associação Monte Azul é sinérgica, com resultados positivos para ambas as partes. Tal modelo de interação sem caráter de intervenção vem conquistando cada vez mais sucesso em diversas localidades do Brasil e do mundo, uma vez que respeita o momento da comunidade e, a partir de acordos e desafios elaborados e identificados em conjunto, existe a possibilidade de realizar modificações perenes. 



Jovens da favela tocam instrumentos de capoeira na festa de 25 anos da entidade

## NÚMEROS DA MONTE AZUL

**1979** é o ano de fundação da entidade

**2.000** pessoas moram na favela Monte Azul

**6.000** pessoas atendidas por ano

## Associação Comunitária Monte Azul

 Avenida Tomás de Souza, 552  
Jd. Monte Azul – CEP 05836-350  
São Paulo/SP

 [www.monteazul.org.br](http://www.monteazul.org.br)

 [monteazul@monteazul.org.br](mailto:monteazul@monteazul.org.br)

 (11) 5851-5370

**Felipe Mello** Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

# Responsabilidade Social Empresarial



- Implantação de políticas e práticas de cidadania corporativa e responsabilidade social;
- Estruturação da área de investimento social privado;
- Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos sociais;
- Elaboração de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade;
- Assessoria para a obtenção de certificações de responsabilidade socioambiental;
- Aplicação de indicadores de desempenho;
- Palestras e cursos *in company*;
- Comunicação.

**Instituto Parceiros da Vida, há cinco anos maximizando a responsabilidade social de sua empresa.**

## Livros

### Gestão de associações

O Instituto Socioambiental lança o livro *Gestão de associações no dia-a-dia* (144 págs., R\$ 15), de José Strabeli. A obra ensina didaticamente a abrir uma conta bancária, contratar um contador, fazer diagnóstico da realidade local, planejar atividades, elaborar projetos, negociar contratos, entre outros pontos fundamentais para a gestão eficiente de uma organização de base.

www.socioambiental.org  
isa@socioambiental.org  
(11) 3660-7949



### Educação inclusiva

O livro *Educação Inclusiva - o que o professor tem a ver com isso?* (168 págs., R\$ 15), de Lia Crespo, é um lançamento da Imprensa Oficial de São Paulo sob a coordenação da socióloga Marta Gil, da Rede Saci. O livro relata experiências, conhecimentos e informações sobre como o sistema educacional, e especificamente as escolas, podem e devem fazer para integrar crianças com algum tipo de deficiência.

www.saci.org.br  
saci@saci.org.br  
www.imesp.com.br  
lojavirtual@imprensaoficial.com.br  
0800-0123401



### História do Terceiro Setor

A obra *Terceiro Setor - História e gestão de organizações* (152 págs., R\$ 29,90), de Antonio Carlos Carneiro de Albuquerque, faz uma análise histórica e conceitual do terceiro setor no Brasil e na América Latina e apresenta informações e ferramentas básicas para que uma organização possa agir de forma eficiente e eficaz no desempenho de suas atividades. O livro é um lançamento da Summus Editorial.

www.summus.com.br  
summus@summus.com.br  
(11) 3865-9890



### Caminhos da sustentabilidade

O livro *Caminhos da Sustentabilidade no Brasil* (247 págs., R\$ 200) é uma publicação da Terra das Artes Editora, com coordenação editorial de Sonia Fonseca. Os autores Eliezer Batista, Roberto Cavalcanti e Marco Antonio Fujihara apresentam diversos pontos de vista sobre o tema nessa obra, que é dividida em três tópicos: Desafios da Sustentabilidade, Casos de Sucesso e Reflexões.

www.fnac.com.br  
www.livrariacultura.com.br  
artterra@terra.com.br



### Prêmio Empreendedor Social Ashoka McKinsey

Estão abertas até 28 de abril as inscrições para o Prêmio Empreendedor Social Ashoka McKinsey, concurso que identifica, capacita e apóia organizações da sociedade civil a planejar e implementar profissionalmente suas idéias, aliando sustentabilidade, geração de recursos e impacto social. Este ano, a iniciativa da McKinsey & Company e da organização internacional Ashoka vai acontecer simultaneamente em seis países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai. Todos os concursos terão vencedores locais.

www.empreendedorsocial.org.br

### Adestramento gratuito de cães-guia

A Fundação Predicta lançou o projeto ISEE (Interactive Sight Engineering Experience), que tem o objetivo adestrar cães-guia gratuitamente em benefício de deficientes visuais. Em 14 meses, a fundação espera entregar gratuitamente a 6 cães-guia, treinados nos moldes internacionais. O projeto tem a parceria da Associação Cão Guia de Cego (ACGC), que acompanha todo o processo de adestramento e adaptação do animal.

www.predicta.org



### Valorização de balanços sociais

As empresas interessadas em participar da 5ª edição do Prêmio Balanço Social - Aberje, Apimec, Ethos, Fides, Ibase têm até o dia 20 de julho para enviar seus trabalhos. O objetivo da iniciativa é estimular a produção e a publicação de balanços sociais. No julgamento, serão avaliados critérios como existência de governança corporativa, concessão de benefícios não-obrigatórios ao público interno e externo, investimento em meio ambiente, adoção de modelos de balanço, apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) e natureza do produto fabricado.

www.premiobalancosocial.org.br

### HSBC apóia projetos de responsabilidade social

O HSBC Bank Brasil recebe até o dia 2 de maio inscrições para dois editais de apoio a projetos de responsabilidade social em todo o país. Terão destaque as propostas focadas na geração de renda para jovens e mulheres e aquelas aprovadas pelos Conselhos Municipais ou Estaduais dos Direitos da Infância e da Adolescência. Serão selecionados dez projetos ao redor do país, e cada receberá apoio anual de no máximo R\$ 25 mil.

hsbc.social@hsbc.com.br  
www.hsbc.com.br

### Teatro eficiente

O Programa Arte Sem Barreiras da Funarte solicita aos grupos de teatro e entidades artísticas formados por pessoas com qualquer tipo de deficiência, preferencialmente do Estado de São Paulo, que entrem em contato para preenchimento de cadastro. O programa é responsável por indicar artistas com deficiência para eventos, auxiliando na divulgação dos trabalhos teatrais.

artesembarreiras@funarte.gov.br

## Responsabilidade social na construção

Com o intuito de fortalecer e estimular o desenvolvimento de ações sociais nos setores da construção e do mercado imobiliário, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) promove o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social – Edição 2006. Poderão participar programas e projetos que tenham pelo menos um ano de operacionalização. Inscrições até 30 de junho.

 [www.cbic.org.br](http://www.cbic.org.br)  
 [social@cbic.org.br](mailto:social@cbic.org.br)

## Investimento em projetos de educação

O Santander Banespa, por meio do programa Parceiros em Ação, recebe de 12 de junho a 17 de julho inscrições de projetos na área de educação destinados a crianças, adolescentes e universitários. Essa é a 2ª seleção do ano do programa, focado na realização de parcerias que contribuam para o desenvolvimento social das pessoas atendidas pelos projetos e, conseqüentemente, proporcionem novas oportunidades e uma melhoria na qualidade de vida. As entidades sociais interessadas em participar devem inscrever projetos de até R\$ 50 mil.

 [www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)  
 [responsabilidadesocial@santanderbanespa.com.br](mailto:responsabilidadesocial@santanderbanespa.com.br)

## Orientação jurídica gratuita

Grças à parceria entre o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP) e o Programa Educacional Capuano (PEC), a população carente de São Paulo tem acesso à orientação jurídica gratuita. O serviço é oferecido pelo Escritório de Orientação Jurídica (Orijuri), que está instalado no prédio do PEC, no bairro da Mooca, e conta com quatro estagiários de direito contratados pelo CIEE e supervisionados pela OAB/SP.

 [www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)  
 [www.oabsp.org.br](http://www.oabsp.org.br)

## Eventos especiais no Hopi Hari

Instituições que atendem pessoas carentes e portadoras de necessidades especiais já podem se inscrever para o Dia da Alegria e o Dia Especial do Hopi Hari, previstos para 19 de outubro e 7 de dezembro, respectivamente. O parque tem capacidade para atender seis mil participantes em cada evento.

 [www.hopihari.com.br](http://www.hopihari.com.br)  
 [diadaalegria@hopihari.com.br](mailto:diadaalegria@hopihari.com.br)  
 [diaespecial@hopihari.com.br](mailto:diaespecial@hopihari.com.br)

## Cartilha jurídica disponível para download

O Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV e a Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP lançaram no dia 16 de fevereiro a Cartilha Jurídica do Terceiro Setor. A proposta é oferecer uma ferramenta para advogados e profissionais que atuam na área social, auxiliando-os nas questões jurídicas enfrentadas pelas organizações sem fins lucrativos, como a constituição de associações e fundações, títulos e qualificações concedidos pelo poder público e aspectos tributários e trabalhistas do Terceiro Setor. A cartilha está disponível para download no site da OAB/SP.

 [www.oabsp.org.br](http://www.oabsp.org.br)



## Sites

### Informações sobre diabetes

A Associação de Diabetes Juvenil mantém sua página na internet como meio de conscientizar a população sobre riscos, prevenção e tratamento do diabetes. A página oferece informações sobre cursos e eventos, novos tratamentos, artigos técnicos e reportagens explicativas.

 [www.adj.org.br](http://www.adj.org.br)



### Voluntariado a um clique

O site do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) traz dicas importantes para quem desejar contribuir com o serviço solidário e para quem precisa de apoio na implantação de programas de voluntariado, como entidades, institutos e empresas. A página também oferece o contato de centenas de organizações cadastradas e de outros centros de voluntariado do país.

 [www.cvsp.org.br](http://www.cvsp.org.br)



### Apoio aos jornalistas

A Rede Andi Brasil é uma parceria entre organizações de comunicação que atuam na promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o país. O site da rede oferece os instrumentos necessários para a construção de uma cultura jornalística que priorize as questões relativas ao universo infanto-juvenil.

 [www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)



### Defesa dos direitos indígenas

A Comissão Pró-Yanomami (CCPY) é uma organização não-governamental brasileira dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos índios Yanomami. Em sua página na internet, a entidade oferece boletins de notícias atualizadas sobre o movimento, além de informações sobre os programas realizados e documentos oficiais.

 [www.proyanomami.org.br](http://www.proyanomami.org.br)

